

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



Dissertação

**Escola Técnica de Comércio José Bonifácio:
primeira escola pública profissionalizante do município de Canguçu-RS –
décadas de 1960 a 1970**

Márcia Guerra da Cunha

Pelotas, 2023

Márcia Guerra da Cunha

**Escola Técnica de Comércio José Bonifácio:
primeira escola pública profissionalizante do município de Canguçu-RS –
décadas de 1960 a 1970**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Giana Lange do Amaral

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

C972e Cunha, Márcia Guerra da

Escola Técnica de Comércio José Bonifácio [recurso eletrônico] : primeira escola pública profissionalizante do município de Canguçu-RS – décadas de 1960 a 1970 / Márcia Guerra da Cunha ; Giana Lange do Amaral, orientadora. — Pelotas, 2023.

112 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. História da educação. 2. Ensino técnico. 3. Maçonaria. 4. Instituição escolar. 5. Escola de comércio. I. Amaral, Giana Lange do, orient. II. Título.

CDD 370.9

Márcia Guerra da Cunha

Escola Técnica de Comércio José Bonifácio:
primeira escola pública profissionalizante do município de Canguçu-RS – décadas
de 1960 a 1970

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dra. Giana Lange do Amaral (Orientadora)
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

.....
Prof. Dr. Fernando Cezar Ripe da Cruz
Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

.....
Prof.^a. Dra. Magda de Abreu Vicente
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

.....
Prof.^a Dra. Patrícia Weiduschadt
Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Agradecimentos

Aos meus amigos, da vida pessoal e acadêmica, que gentilmente auxiliaram e contribuíram na realização deste trabalho.

À administração municipal que me apoiou, nessa importante capacitação profissional, conciliando com o cargo que ocupo.

À minha orientadora Giana, por ter me desafiado, cobrado, mas sobretudo escutado, compreendido e apoiado, para que não desistisse de me tornar uma pesquisadora. És uma referência para mim!

Ao meu irmão, Marcelo, sobrinha Duda e tia Carla, por aguentarem, pacientemente, minhas neuras, queixas e devaneios.

Ao meu marido, Fábio, pelo suporte nos momentos que precisei.

Aos meus filhos, Maria Luiza e Luiz Henrique. Durante dois anos, mesmo sem entender com clareza, vocês aceitaram minha ausência e perceberam que meu esforço tinha um propósito maior: ser exemplo e orgulho para cada um.

Aos meus pais, principais incentivadores, que nunca duvidaram da minha capacidade e foram minha força quando me senti enfraquecida. Obrigada por estarem sempre ao meu lado e contribuírem tanto para realização desse sonho!

A Deus, por ter me concedido saúde, serenidade, equilíbrio e sabedoria em cada momento dessa caminhada.

Resumo

CUNHA, Márcia Guerra da. **Escola Técnica de Comércio José Bonifácio: primeira escola pública de ensino profissionalizante do município de Canguçu-RS – décadas de 1960 a 1970.** Orientadora: Giana Lange do Amaral. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Esta pesquisa, inserida no campo da História da Educação, analisa o processo de criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio no município de Canguçu/RS, voltada ao ensino profissionalizante. Apresenta como objetivo principal, compreender a relação/interesse dos poderes locais, com destaque no poder Executivo e Maçonaria, na constituição da escola, bem como sua importância para a educação municipal. O recorte temporal refere-se ao período em que a escola iniciou suas atividades, até acontecer a troca da administração municipal para estadual. O estudo ancora-se nos pressupostos teóricos da História Cultural, utilizando-se das contribuições de Pesavento (2006) e Barros (2011), por englobar diversas possibilidades de análise das fontes. A investigação mobilizou a metodologia da análise documental e histórica, considerando leis, livros de atas, fotografias e outros documentos acessados nos acervos da atual ETEC e Loja Maçônica José Bonifácio nº.55, entrecruzadas com informações obtidas por entrevistas semiestruturadas, realizadas com pessoas que vivenciaram o período. Por fim, é possível compreender que a fundação desta escola foi o resultado de uma necessidade econômica e educacional do município, associada as novas exigências políticas e educativas nacionais, motivada por grupos de pessoas influentes que concretizaram um anseio oriundo da comunidade canguçuense.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino Técnico. Maçonaria. Instituição Escolar. Escola de Comércio.

Abstract

CUNHA, Márcia Guerra da. **José Bonifácio Technical School of Commerce: first public vocational education school in the municipality of Canguçu-RS – decades from 1960 to 1970.** Advisor: Giana Lange do Amaral. 2023. 112 f. Dissertation (Master's in Education) – Faculty of Education. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

This research, inserted in the field of History of Education, analyzes the process of creating the José Bonifácio Technical School of Commerce in the municipality of Canguçu/RS, focused on vocational education. Its main objective is to understand the relationship/interest of local powers, with emphasis on the Executive power and Freemasonry, in the constitution of the school, as well as its importance for municipal education. The time frame refers to the period in which the school began its activities, until the change from municipal to state administration. The study is anchored in the theoretical assumptions of Cultural History, using the contributions of Pesavento (2006) and Barros (2011), as it encompasses several possibilities for analyzing sources. The investigation mobilized the methodology of documentary and historical analysis, considering laws, minute books, photographs and other documents accessed in the collections of the current ETEC and Loja Maçônica José Bonifácio nº.55, intertwined with information obtained through semi-structured interviews, carried out with people who experienced the period. Finally, it is possible to understand that the founding of this school was the result of an economic and educational need in the municipality, associated with new national political and educational demands, motivated by groups of influential people who fulfilled a desire originating from the Canguçuense community.

Keywords: History of Education. Technical education. Masonry. School Institution. School of Commerce.

Lista de Figuras

Figura 1	Livro/álbum da Escola Estadual de 2º Grau.....	27
Figura 2	Localização de Canguçu no Rio Grande do Sul e no Brasil.....	46
Figura 3	Divisão distrital do município de Canguçu.....	47
Figura 4	Loja maçônica José Bonifácio n. 55 em Canguçu-RS.....	64
Figura 5	Foto da página inicial do primeiro Regimento interno.....	70
Figura 6	Convite de formatura de 1966.....	80
Figura 7	Recordação da Missa de Ação de Graças.....	80
Figura 8	Primeira turma de formandos em 1966.....	81
Figura 9	Aluna Daizi Oliveira da Fonseca, recebendo o diploma do Paraninfo.....	82
Figura 10	Baile da formatura.....	82
Figura 11	Ofício n. 17/73 sobre a extensão de um curso técnico rural.....	85
Figura 12	Documento para o Estado do Colégio Técnico José Bonifácio.....	87

Lista de Tabelas

Tabela 1	Ano letivo de 1933.....	51
Tabela 2	Número de alunos 1964-1973.....	79

Lista de Quadros

Quadro 1	Listados entrevistados.....	31
Quadro 2	Estrutura das disciplinas do curso técnico de Contabilidade.....	73

Lista de abreviaturas e siglas

ACANDHIS	Academia Canguçuense de História
AGPTEA	Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola
CINDACTA	Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COOESC	Cooperativa dos Estudantes de Canguçu
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
DPV	Destacamento de Proteção ao Voo
DT	Detenção e Telecomunicações
ETEC	Escola Técnica Estadual de Canguçu
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINDITABACO	Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Sumário

1 Introdução.....	10
2 Referencial teórico e metodológico.....	19
2.1 A história cultural como modalidade historiográfica.....	19
2.2 Categorias de análises.....	21
2.3 Os documentos escritos.....	26
2.4 As entrevistas.....	29
2.5 O uso de imagens.....	32
3 Ensino secundário: o curso técnico em contabilidade	34
3.1 A educação profissionalizante: breve contexto.....	34
3.2 O curso técnico em contabilidade.....	40
4 A fundação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio: um avanço para a educação canguçuense.....	45
4.1 Conhecendo Canguçu.....	45
4.2 A emergência de uma escola profissionalizante.....	52
4.3 Poderes locais: a Maçonaria como incentivadora.....	61
5 A Escola Técnica de Comércio José Bonifácio: sua consolidação.....	67
5.1 O livro/álbum da Escola Estadual de 2º grau Canguçu: 1963 a 1978...	67
5.2 O regimento escolar.....	69
5.3 O início da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio e a primeira turma de formandos.....	76
5.4 A troca de administração municipal para estadual.....	83
6 Considerações finais.....	89
Referências.....	94
Apêndices.....	101
Anexos.....	103

1 Introdução

A presente dissertação insere-se na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (PPGE/FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Consiste em uma pesquisa historiográfica no campo da História da Educação, com enfoque em aspectos da história da instituição educacional de Ensino Técnico Comercial José Bonifácio do município de Canguçu-RS. Ao longo de sua história, essa instituição denominou-se também Colégio Técnico de Comércio José Bonifácio, Escola Estadual de 2º grau de Canguçu e, atualmente, Escola Técnica Estadual Canguçu (ETEC).

Centro esta pesquisa, no período de 1963 a 1974, ano da criação da escola, até sua mudança de administração, da esfera municipal para estadual. Ao estudar aspectos de sua história, contextualizo a atuação de poderes locais¹, que influenciaram na sua implementação e desenvolvimento, bem como sinalizar características do ensino profissionalizante no Brasil, com destaque aos Cursos Técnicos de Comércio que visavam a formação de profissionais na área da contabilidade.

Neste estudo, analiso o processo de criação da primeira escola pública profissionalizante de Canguçu, compreendendo sua origem, singularidades e importância para a comunidade. Dentre essas singularidades está o fato de observar-se a destacada presença de maçons em seu primeiro grupo de professores, além da escola e da Loja Maçônica local, possuírem o mesmo nome: José Bonifácio.

Por se tratar de uma pesquisa histórica, é importante ter claro que, como diz Nunes (2011, p.16) “a construção historiográfica é feita sempre em diálogo com as incertezas, dúvidas e lapsos, que serão preenchidos pelo pesquisador por meio do acesso às fontes e, também da sua criatividade e imaginação”. Nesse sentido, ressalto a importância das fontes sobre o objeto a ser estudado, assim como dos referenciais teórico-metodológicos utilizados.

Para tanto, anoro a base teórico-metodológica deste estudo na História Cultural, que abarca uma vasta gama de possibilidades de análises de fontes nos estudos históricos. Pesavento (2004, p. 15) afirma que a História Cultural trata, “antes

¹Por poderes locais entende-se “lugar onde a sua singularidade, unicidade e elementaridade, remete para um espaço de contornos e localização definidas” (MAGALHÃES, 2006, p.607).

de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”.

De acordo com Barros (2005), o conceito de História Cultural pode se desdobrar a partir de noções de “práticas” e “representações”. Portanto, “diálogos interdisciplinares mais específicos, envolvendo as relações da História com outros campos do saber, como a Antropologia, a Linguística, a Psicologia ou a Ciência Política” relacionam-se para compor a História Cultural (BARROS, 2005, p.39).

Logo, trata-se de uma investigação que pretende analisar características do contexto político, econômico e cultural local e suas influências na criação da Escola Técnica de Comércio (ETC) José Bonifácio, cuja história apresenta muitos aspectos que a singularizam. Nesse sentido, serão importantes categorias de análise para esta pesquisa as *instituições educacionais* (MAGALHÃES, 1996, 2004, 2018; NOSELLA; BUFFA, 2005; WERLE, 2007; AMARAL, 2005, 2014, 2017); *ensino secundário* (PESSANHA; BRITO, 2014; NUNES, 2000, RAMOS, 2014), *ensino técnico e profissionalizante* (KUENZER, 1999; FRIGOTTO, 2001, 2007; CIAVATTA, 2005, 2011; DALLABRIDA, 2009; VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016) e *poderes locais* (MAGALHÃES, 2006, 2019).

Conforme, Ragazzini (2001, p. 15), a relação do pesquisador com as fontes, é uma das bases para a construção de um trabalho historiográfico, pois serve de ponte entre o passado e o presente. Portanto, utilizo como instrumentos de coleta de dados os documentos ligados à história da Escola (entre eles, atas, álbuns, imagens) e entrevistas com sujeitos relacionados à temática pesquisada. Logo, o estudo será constituído de fontes escritas, orais e iconográficas.

Como forma de observação, recorri à técnica da análise documental, em que foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto e as categorias que sustentam o estudo para que, paralelo ao estudo documental e dialogando com as entrevistas semiestruturadas, trouxessem respostas aos questionamentos levantados.

Diante da proposta de investigar a Escola Técnica Comercial José Bonifácio, sendo o ensino técnico comercial um ramo do ensino técnico profissionalizante e uma temática ainda pouco estudada no Brasil, podemos explorar uma vasta gama de possibilidades sobre o assunto (SILVA; GRIMALDI, 2018). Para o objetivo geral da pesquisa busco compreender a relação/interesse dos poderes locais na constituição

da referida escola, bem como sua importância para a educação do município de Canguçu. Amparado no objetivo principal do trabalho trago os seguintes objetivos específicos: conhecer as motivações que levaram à criação de uma Escola Técnica de Comércio na cidade; desvendar a possível participação da Maçonaria na criação da escola e entender os aspectos que direcionaram a troca da gestão municipal para estadual.

Para justificar a escolha do tema, considero a seguir minhas motivações pessoais que me lançaram a esse desafio. Nascida em Canguçu, filha de mãe professora e pai bancário/maçom, cresci no meio de livros e em um ambiente de estudo e disciplina. Desde criança pude conviver com pessoas que frequentavam a Maçonaria, despertando uma curiosidade crescente sobre o assunto. Já na graduação em Licenciatura Plena em História, constatei a presença de maçons em acontecimentos que marcaram a história da humanidade e da educação. Destaco que a educação passou a fazer parte do meu contexto pessoal e profissional desde muito cedo, pois sou docente da rede municipal de ensino desde 2001.

Ao conviver com diferentes ambientes instrutivos, entre eles atuando na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) e Conselho Municipal de Educação, pude circular em distintos espaços escolares e ter acesso aos bastidores da Educação (CME) local. Foi dessa forma que percebi a atuação da Maçonaria em momentos importantes para o município, tais como a criação de escolas, abrigo de menores, associações educacionais, além de outros órgãos de grande representatividade local. Por isso, ao tomar conhecimento de que a primeira escola pública de ensino técnico secundário criada em Canguçu denominou-se José Bonifácio, logo me reportou à possibilidade de ser a loja maçônica local, um dos poderes envolvidos em seu processo de criação, já que ambas carregam o nome do Patriarca da Independência.

Como relevância acadêmica, este estudo, inserido na linha da História da Educação e, mais precisamente, na História das Instituições Escolares, surge como um desafio e uma necessidade, uma vez que trabalhos com essa temática no contexto de Canguçu ainda são raros. Conhecer a história dessa instituição escolar e os poderes municipais que a perpassam na sua constituição, possibilita revisitar os interesses envolvidos e a importância de sua atuação junto à comunidade onde está inserida.

Assim, reitero que ingressei no PPGE com a intenção de realizar a pesquisa tendo como a temática central a Escola Técnica de Comércio José Bonifácio em Canguçu-RS. Meu estranhamento ou problematização em relação ao objeto de pesquisa consiste em entender a participação de forças locais na sua criação como escola profissionalizante, fato que é do conhecimento de muitos no município, mas que necessita de um estudo que efetivamente o fundamente.

Considero oportuno expor as palavras de Luchese (2014, p. 148) quando diz: “ao eleger um objeto de pesquisa, o historiador da educação faz uma opção que é sua”. Dessa forma, embora não tenha estudado ou trabalhado nessa escola, sei da sua importância no contexto do município. Reitero que ela, atualmente denominada Escola Técnica Estadual de Canguçu (ETEC), foi oriunda da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, sendo a primeira escola pública de ensino profissionalizante criada na localidade. Como sempre morei na cidade de Canguçu, foi possível acompanhar as transformações que ocorreram na José Bonifácio, nas últimas décadas. Com o passar do tempo, tornou-se uma referência de ensino técnico, tanto contábil como agrícola para o município, agregando jovens de diversas cidades vizinhas que buscam por cursos profissionalizantes de qualidade e a garantia de melhor preparação para o mercado de trabalho.

Como já apresentado, o recorte temporal escolhido de 1963 a 1974 se justifica por abranger o período que marca a fundação de uma instituição que oferece o Curso Técnico Contábil até a implementação do Curso Técnico Agrícola, momento em que a instituição passa de municipal para estadual, sendo também alterada sua denominação para Colégio Técnico José Bonifácio.

Algo interessante a destacar, é o fato de ter se consolidado com a oferta do curso Técnico Contábil nos primeiros anos de funcionamento, a escola ficou conhecida junto à comunidade canguçuense por *Colégio Contador*. Embora anos após a sua criação, implantou-se também o curso técnico agrícola e ainda hoje é reconhecida por muitos moradores, por esse apelido.

Vale salientar que a alteração da administração municipal para estadual, ocorrida oficialmente na Escola José Bonifácio em 1975, ocorreu devido à mudança da LDB n. 5692/71, quando o governo militar instituiu a Reforma do Ensino Primário e Secundário, passando a denominá-los respectivamente de 1º e 2º Graus. Com essa reforma, os governos estaduais assumiram a responsabilidade sobre as escolas de 2º

grau em que, tanto escolas públicas como privadas, deveriam tornar-se profissionalizantes (ESCOTT; MORAES, 2012).

Amaral (2014) aponta que, a partir do acesso a documentos de acervos das municipalidades, é percebida a importância dos poderes locais na implantação e manutenção de iniciativas no campo educacional, caso constatado na instituição objeto de estudo. A autora acrescenta que uma das lacunas a serem preenchidas pelos estudos acerca da História da Educação nos diferentes municípios e estados brasileiros, é a presença da Maçonaria, principalmente nas primeiras décadas da República, na qual assumiu a assertiva positivista de que a solução para os problemas nacionais estava vinculada à escolarização.

Magalhães (2019) afirma que a criação de escolas e a organização da escrituração escolar também envolveram a iniciativa municipal. Complementa o autor português que, na realidade de seu país, a intervenção dos municípios na educação revestiu-se de distintas modalidades e não foi nem sistemática, nem uniforme. Entretanto, um dos domínios de ensino em que o empenho municipal foi mais intenso foi o da formação profissional, agrícola, artística, técnica e comercial, como podemos observar o mesmo acontecimento em nossa realidade.

Desse modo, contextualizar a atuação dos poderes locais, regionais e nacionais, bem como a ambiência, os processos e a legislação educacional no período entre 1963 e 1974 são fundamentais para este estudo².

É importante referenciar que no campo da História da Educação diversos trabalhos demonstram a importância que os cursos de ensino técnico têm em municípios de pequeno porte. Por isso, pretendo mostrar o papel relevante desempenhado pela Escola Técnica de Comércio José Bonifácio na sociedade canguçuense, porque como já afirmei, se caracteriza como a primeira escola pública de ensino secundário do ciclo colegial, criada no município em pauta.

Ao analisar o processo de criação da José Bonifácio, suas interações com a comunidade e a sua importância na educação municipal, cito Magalhães (1996) que destaca que a partir de 1990 os estudos sobre instituições educacionais representavam uma renovação junto à História da Educação:

²Sobre os estudos do local e do regional no âmbito da História da Educação ver, dentre outros: Nunes (2011), Carvalho (2007), Barros (2013; 2022).

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio de conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação em que novas formas de se questionar cruzam com o alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas, uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas (MAGALHÃES, 1996, p.1).

Com base nesta afirmativa, ressalto que a criação da instituição, aqui estudada, representou uma nova etapa na educação e na cultura do local, uma vez que oportunizou o acesso de muitos jovens ao ensino secundário, refletindo também no desenvolvimento econômico da cidade. Nesse sentido, Tambara, Arriada e Amaral (2021) apontam que a ampliação da oferta do ensino secundário no Brasil está associada ao processo de urbanização, crescimento das cidades e criação de novos municípios.

Isso posto, reitero que nesta pesquisa, avisto a Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, criada a partir da iniciativa de um grupo discreto e influente de maçons, mas implementada pelo governo municipal, como uma instituição educativa que pode ser interpretada e reinterpretada desde os documentos escritos e imagens às memórias que os sujeitos têm sobre ela.

A escola José Bonifácio, enquanto primeira unidade escolar pública de ensino técnico profissionalizante, possui uma identidade e compõe o quadro sociocultural e educacional de Canguçu, fazendo parte da história de vida de muitos estudantes canguçuenses e arredores. Assim, posso fundamentar minhas reflexões com base em Magalhães (1996, p.2) que:

[...] histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

Para compreender os aspectos da identidade histórica de uma escola, constituída em um contexto sociocultural e educacional específico, é preciso assimilar as histórias anteriores, a fim de poder entender e clarificar a sua existência, chegando mais próximo de sua criação. Dessa forma, no que diz respeito aos espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, afirma Magalhães (2004, p. 147):

A história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação das histórias anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. Esta identidade implica ainda, para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres e pelo sistema educativo.

Destaco, ainda, a importância de escrever sobre o início de uma escola que, conforme indicam as fontes, partiu da influência de maçons e da expectativa de líderes políticos regionais, antecipando-se à iniciativa de outra escola influente no município, criada e mantida pela religião católica, que tardou a instalação do ensino secundário em suas dependências. Não passa despercebida a possibilidade de que a criação dessa escola tenha sido reflexo da disputa no campo educacional e obviamente político entre dois segmentos: os católicos e os maçons. Uma questão que será analisada no decorrer da pesquisa.

Não tenho aqui o desejo de recolher todos os registros do passado dessa instituição educacional, mas selecionar documentos que possam subsidiar esse estudo. Para isso, procuro estabelecer uma malha de relações entre os dados levantados, analisando diversos documentos constantes nos arquivos da escola e da Loja Maçônica José Bonifácio n. 55, como livros de atas, livros da Escola, álbuns e relatórios que descrevem essa parte da história da cidade de Canguçu. Para a análise dos documentos trago as palavras de Le Goff (2013) que se refere ao documento como monumento:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2013, p. 495).

É fundamental que não se perca a riqueza documental que ainda existe na escola e que deve ser preservada, dando visibilidade e identidade à instituição. Além disso, junto à análise de documentos impressos foram feitas entrevistas semiestruturadas que, dialogando com as demais fontes, irão balizar a investigação. Tais entrevistas foram realizadas com seis pessoas que participaram do processo de criação da José Bonifácio. São antigos maçons, ex-diretores, ex-professores e ex-alunos que deram seus depoimentos mediante Cessão de Diretos sobre Entrevista (Apêndice B). Isso com a intenção de estabelecer nesta pesquisa conexões entre o

estudo dos documentos escritos, das imagens elencadas com o entendimento dos próprios sujeitos da história.

Embora enfrentando certa dificuldade para realizar uma pesquisa que envolve a Maçonaria, devido ao acesso restrito aos documentos e à estrutura fechada da Ordem, percebe-se que nas últimas décadas sua atuação vem sendo mais estudada, tornando-se fonte de compreensão para as diversas relações de poder que marcaram a sociedade. Neste estudo, atribuí certa facilidade de acesso aos arquivos da Loja, como dito anteriormente, por manter relação pessoal com os maçons canguçuenses. Porém, a atuação da Maçonaria no contexto educacional brasileiro ainda é um assunto pouco investigado na esfera da História da Educação (AMARAL, 2017).

Dentro do campo historiográfico, em razão da convergência temática, realizei um levantamento de trabalhos publicados, destacando os seguintes: sobre Escolas Técnicas de Comércio: Giselle Estevam Chiozini Correa (2020), que trata da cultura escolar da Escola Técnica de Comércio em Cuiabá, instituição que oferecia o ensino comercial no período de 1945 a 1957; José Paulo de Andrade (2014), que estuda a criação e o processo de implementação da Escola Técnica de Comércio de Itabaiana, de 1967 a 1978, abordando seu funcionamento e impactos na formação de profissionais contabilistas e Eduardo Cristiano Hass da Silva (2017), que versa sobre a gênese de um espaço profissional: a Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha, em Porto Alegre.

Sobre a relação da Maçonaria com a criação de Escolas, foi identificado Egito (2011), que aborda as interfaces entre a história da Maçonaria e suas ações acerca da educação, contribuindo para a criação da Escola Padre Azevedo em 1957; Amaral (1998), que trata sobre a criação do *Gymnasio Pelotense*, como a concretização de um ideal maçônico no campo educacional no início do período republicano. Também busquei artigos/publicações científicas e *sites* na *internet* que abordam sobre o Ensino Profissionalizante no Brasil, durante o período estudado.

Assim, reitero que esta pesquisa é uma contribuição para que sejam embasados aspectos que definem a identidade de uma instituição escolar que tem historicamente contribuído para o desenvolvimento educacional e para a comunidade canguçuense.

Além da parte introdutória, esse estudo de dissertação é constituído por mais cinco capítulos, sendo que o segundo capítulo, denominado Referencial Teórico-

Metodológico, apresenta o estudo ao leitor, tratando sobre os caminhos trilhados para a construção do problema, os conceitos norteadores da pesquisa, as metodologias propostas e as sugestões de análise de dados. O terceiro capítulo, nomeado A educação profissionalizante: breve contexto, sintetiza a trajetória da educação secundária e profissionalizante desde seus primórdios, com aspectos do ensino técnico comercial (curso de contabilidade), dando ênfase ao período estudado. O quarto capítulo, A fundação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio: um avanço para a educação Canguçuense, apresenta o município de Canguçu, proporcionando o conhecimento de alguns aspectos geográficos, os primórdios da sua formação e um panorama da educação na década de 1960, destacando o cenário local quando ocorre a instalação da escola, bem como as motivações que levaram à implantação do ensino secundário no município. Já o quinto capítulo, intitulado A Escola Técnica de Comércio José Bonifácio: sua consolidação, discorre sobre o início das atividades da escola, destacando pontos como o regimento escolar, a primeira turma e as circunstâncias que levaram à troca da gestão municipal para estadual.

Por fim, nas considerações finais desta pesquisa destaco que não tenho a pretensão de esgotá-la. Retomo, assim, as principais questões norteadoras deste trabalho, isso na intenção de contribuir, mesmo que inicialmente e ainda necessitando de maiores aprofundamentos futuros, com a historiografia da educação canguçuense.

2 Referencial teórico-metodológico

Para produzir um trabalho científico é necessário seguir as devidas normatizações e aportes teórico-metodológicos característicos a ele. Segundo Minayo (2002, p. 16), “metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Para isso, como será apresentado a seguir, abordo alguns autores e teorias que conseguem oferecer o amparo necessário para a construção desta pesquisa.

Minayo (2002, p. 17), afirma ainda que, “pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”. Nesse sentido, toda a investigação parte de uma dúvida, um questionamento, teoria nenhuma consegue explicar todos os fenômenos, por mais desenvolvida que seja. Por isso, o pesquisador deve delimitar aspectos que sejam relevantes para esclarecer melhor o seu objeto de pesquisa (MINAYO, 2002). Assim, o ato de realizar uma pesquisa começa por uma relação subjetiva do pesquisador com seu objeto de estudo, que logo avança para a busca por fontes de informações e para a reflexão sobre os dados adquiridos.

Este é um trabalho de pesquisa realizado no campo da História da Educação, que segue o referencial epistemológico da História Cultural e são utilizadas categorias que permitem análises de uma instituição educacional e das relações que se estabeleceram na sua criação e no seu funcionamento.

2.1 A História Cultural referencial epistemológico

Certeau (1982) menciona a importância do historiador que realiza uma verdadeira “operação historiográfica” quando “faz história”. Afirma que o papel principal do historiador é marcar o seu lugar de fala em uma pesquisa, dando voz ao “não dito” pela história e dando vida à narrativa.

A escolha pela História Cultural como referencial epistemológico, o qual serviu de base para este estudo, é justificada pelo fato de permitir aos historiadores uma riqueza de possibilidades em suas pesquisas. Segundo Barros (2005, p. 2), “convém lembrar que a nova História Cultural se tornou possível, na moderna historiografia, a partir de uma importante expansão de objetos historiográficos”, uma vez que o autor trata cultura como um termo polissêmico que vem permitindo diferentes abordagens

e possibilitando descrever o início de uma instituição escolar tão significativa para um município.

De acordo com Pesavento (2004), as alterações no âmbito da História começaram a partir dos anos 1970, quando se passou a perceber uma crise dos paradigmas explicativos da realidade, até então incontestáveis. Para a autora, pode-se falar em “um esgotamento de modelos e de um regime de verdades e de explicações globalizantes, com aspiração à totalidade ou mesmo de um fim para as certezas normativas de análise da história” (PESAVENTO, 2004, p. 9).

Nesta mesma linha, Burke (1992, p. 2) diz que “é a história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional, aquele termo útil, embora impreciso”, questionando a visão do senso comum retratado pela história durante muitos anos e considerando a necessidade de se perceber as várias abordagens possíveis do passado.

Sobre isso, Pesavento (2004) ressalta que pela lente da História Cultural, tudo o que foi um dia contado de uma forma, pode ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas. De acordo com essa ideia pode-se dizer que não existe uma verdade absoluta sobre um fato, o máximo que se poderá atingir será a construção de versões possíveis e aproximativas daquilo que teria ocorrido.

No caso desta pesquisa, que objetiva compreender as origens da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, como sendo a primeira escola pública de ensino técnico secundário do município de Canguçu, conforme as ideias de Burke (1992), busca-se realizar para além de uma narrativa dos acontecimentos que envolvem a organização interna de uma escola e a ação de seus sujeitos.

Outrossim, trazer à tona a relação dos poderes locais na constituição dessa Escola, faz abordar uma gama de assuntos que nem sempre são encontrados em documentos escritos, possibilitando o levantamento de outros aspectos do passado que, em um determinado momento, foram imperceptíveis. Nessa perspectiva, Burke (1992) aponta que outro importante avanço trazido pela nova História Cultural está em dar voz àqueles que são pouco ouvidos, uma vez que durante longos anos houve predomínio de uma história tradicional, concentrada nos “grandes feitos de grandes homens”, em uma narrativa em que predomina a escrita de causas e de consequências.

Tendo em vista as diversas perspectivas de abordagens propiciadas pela História Cultural, é possível reconhecer sua relação com a História da Educação, conforme atenta Falcon (2006, p. 330):

A contribuição que a história cultural, como campo dotado de aportes teórico-metodológicos, pode dar ao avanço da história da educação está no descortinamento de dimensões ainda pouco exploradas, fora da escola e da escolarização, bem como a imposição corajosa de novos olhares sobre essa que é uma dimensão já tradicional.

Tal afirmação oportuniza ao pesquisador lançar uma visão variada sobre suas fontes, considerando importante cada vestígio encontrado do passado, procurando “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo” (PESAVENTO, 2004, p. 42).

Além disso, para Pesavento (2004), ao fazer História Cultural, tão importante quanto o processo de seleção e interpretação das fontes, está a escolha de metodologias que forneçam ao historiador meios sérios e seguros de verificação, que apontem o caminho percorrido durante o transcorrer da pesquisa. A autora destaca ainda que “montar, combinar, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo de um método do qual a história se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo” (PESAVENTO, 2004, p. 65).

Nesta perspectiva elegeu-se a História Cultural como aporte para este trabalho, por permitir uma abertura necessária para elementos e categorias vindas de outras áreas, servindo como fio condutor que articula todos os elementos da pesquisa, ampliando sua coerência e consistência.

2.2 Categorias de análise

Nesta pesquisa, elenco como principais categorias a serem utilizadas as Instituições Escolares, os Poderes Locais e o Ensino Secundário. Como afirma Pimentel (2001, p.180), a escolha das categorias a serem analisadas dependem dos documentos, “eles precisam ser encontrados, ‘extraídos’ das prateleiras, receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num quebra-cabeça”. Portanto, a escolha delas aconteceu através do acesso às principais fontes de pesquisa encontradas, tais como

documentos escritos (atas, ofícios e regimentos) que estão no acervo da atual ETEC e da Loja Maçônica. Há também álbuns com fotografias e outras imagens que remetem a esses assuntos. A primeira categoria selecionada foi a história das instituições escolares, pois se entende necessário compreender sua formação e importância sociocultural para a comunidade envolvida. Sobre isso, Gatti Junior (2002, p.29), diz:

A História das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem.

Essa ideia vem corroborar com o interesse em investigar a formação de uma Escola criada há 59 anos e que se mantém cada vez mais solidificada no espaço em que está inserida. Para Werle, Brito e Colau (2007), a história de uma instituição escolar e do seu contexto, é o suporte básico para o entendimento e para a construção da sua identidade, sendo que a visão geral das instituições traz a compreensão do contexto educacional, possibilitando (re)pensar e talvez (re)formular, quando necessário o trabalho pedagógico. Toda instituição tem sua identidade, ou seja, é composta por elementos que dão a ela um sentido único no cenário social.

Assim, “falar de identidade institucional implica em falar da identidade da cidade, do lugar que a escola ocupou e ocupa no cenário material, social e cultural da cidade” (WERLE, 2001, p.121).

De acordo com Nosella e Buffa (2005), os rumos que uma instituição escolar venha a tomar dentro de uma determinada sociedade, são resultado dos interesses/motivações que essa sociedade teve diante da criação dessa escola. Desse modo, estudar uma instituição escolar é relacionar aquilo que é particular e singular do seu processo de criação, com a totalidade social desses locais. Nesta direção, algo que singularizou a escola aqui estudada foi o fato que consolidar-se em Canguçu, sendo conhecida por “escola Contador”, por durante muitos anos, o Curso Técnico Contábil ter sido o carro-chefe da instituição.

Segundo Werle (2004)³, a história das instituições escolares é uma tentativa de formular uma representação da instituição no que se refere a atitudes e condutas que

³Werle (2004) especifica as instituições educacionais como instituições escolares. No caso da presente pesquisa, acredito na possibilidade de um diálogo com textos de outros autores que apresentam a categoria instituições educacionais.

foram sendo constantemente elaboradas e rearticuladas por meio de seus membros, indivíduos e grupos, diante de estímulos e pressões externas, e quanto ao seu grau de integração e formas de funcionamento. Segue a autora explicando que:

O estudo da instituição contribui para torná-la mais viva evitando sua abstração, através das pessoas que viveram (vivem) e participaram (participam) podendo revelar suas múltiplas estratégias de construção (WERLE, 2004, p. 112).

Produzir o estudo sobre a história das instituições escolares⁴ tornou-se uma prática bastante comum entre os pesquisadores da Educação nas últimas décadas. Reconhecendo a importância desses estudos, pressupõe-se que a análise da história de uma instituição escolar torna-se um objeto singular. Porém, nenhum objeto, por mais singular que seja, está reservado a um conhecimento verdadeiro, sendo acompanhado sempre do lugar social do historiador, revelando traços da subjetividade de cada pesquisador (CERTEAU, 1982). Assim, o que pretendo com este trabalho é mostrar as circunstâncias da fundação da Escola, estabelecendo conexões entre as fontes, a fim de apontar as especificidades desse educandário.

Dessa afirmativa, surge a busca por outra categoria, a dos Poderes Locais, uma vez que as fontes indicam que a origem da Instituição pesquisada vem de discussões oriundas de reuniões da Loja Maçônica José Bonifácio nº.55, de Canguçu, ou seja, uma força local de grande influência na comunidade.

Segundo Amaral (2014), entende-se por poderes locais aqueles que organizam politicamente as atividades do município, podendo ser governantes municipais, elite intelectual e econômica, igrejas e, neste caso, especificamente, a Maçonaria⁵. Conforme a autora, no Brasil, foi a partir de 1930 que o municipalismo passou a apresentar uma efetiva organização e capacidade de mobilização, sendo possível encontrar aspectos da representatividade e da autonomia de poderes locais, como sendo uma importante característica da cultura política brasileira. Amaral⁶ (2023, p.168) ressalta ainda que o termo municipalismo “deve ser entendido como iniciativas autônomas de instâncias municipais”.

⁴Dentre outros estudos cito instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica: MIM Nascimento, W. Sandano, JC Lombardi, D. Saviani, publicado em 2007 e reeditado em 2021, que apresenta um mapeamento do tema considerando diversos níveis de articulação para que se estude a temática.

⁵Sobre Maçonaria e Educação, ver dentre outros: Amaral (2017), Colussi (2000), Magalhães (2018), Silva e Marques (2017).

⁶Obra no prelo.

Nesta linha, Magalhães (2019) diz que a criação de escolas e a organização da escrituração escolar também envolvem a iniciativa municipal. Complementa o autor que a intervenção dos municípios na educação reveste-se de distintas modalidades e não foi nem sistemática, nem uniforme. Entretanto, “um dos domínios de ensino em que o empenho municipal foi mais intenso foi o da formação profissional, agrícola, artística, técnica e comercial” (MAGALHÃES, 2019, p.19).

Cabe mencionar que, a partir de pesquisas como esta, realizadas no âmbito regional, local e institucional, onde se podem acessar documentos de acervos das municipalidades, é que se percebe a “importância dos poderes locais na implantação e manutenção de iniciativas no campo educacional” (AMARAL, 2014, p.295). Portanto, o estudo das singularidades desses diferentes grupos sociais e ideológicos é que refletem a importância da constituição do todo nacional.

Outro ponto interessante a destacar é que “assim como em Pelotas, a Maçonaria foi uma instituição aglutinadora de práticas municipalistas, desvincilhadas do governo estadual e nacional”, é possível perceber que o mesmo ocorreu em Canguçu ainda em meados do século XX (AMARAL, 2014, p.306). Nesta cidade, também “as lideranças político-econômicas e intelectuais tinham na Maçonaria um espaço para encaminhamentos de discussões político-pedagógicas que resultaram em práticas de gestão municipal” (AMARAL, 2014, p.306) como, por exemplo, a necessidade de criação de uma escola pública de ensino secundário no município.

Daí a escolha da outra categoria a ser analisada, o ensino secundário, uma vez que a criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, primeira escola pública profissionalizante de Canguçu, em 1964, que oportunizou aos jovens canguçuenses a continuação dos estudos em sua cidade. Nessa época, conforme traz Nunes (2000), percebia-se o grande empenho das famílias das áreas urbanas para matricularem seus filhos nos ginásios e os esforços e expectativas em relação aos exames de admissão ao ensino secundário.

Pessanha, Assis e Silva (2017, p.311) trazem que no Brasil “as primeiras instituições secundárias resultaram da mobilização de grupos influentes de cada cidade e da participação do poder municipal na sua manutenção”. Nessa perspectiva, Amaral (2023, p.176) afirma que “a ideia de liberdade de ensino refletiu-se no desinteresse do estado em atuar junto ao ensino secundário e superior, abrindo espaço para a iniciativa privada, dentre elas a Igreja e a maçonaria”. Ambas as

afirmações apresentam muita semelhança ao processo de constituição da Escola aqui estudada.

Vale destacar que, ao longo da história brasileira, essa etapa média de escolarização, voltada à juventude, recebeu várias denominações, dentre elas instrução secundária, educação secundária, ensino secundário (PESSANHA; ASSIS; SILVA, 2017). Embora nosso intuito com esta pesquisa seja focar no ensino profissionalizante, torna-se importante compreender as características associadas a essas distintas denominações.

Para Nunes (2000, p.30) é interessante “ênfatizar que, na política imperial, a instrução primária pretendia cumprir um papel civilizador e a instrução secundária se destinaria a formar a elite ilustre e ilustrada”. Sobre as transformações que o ensino secundário passaria no Brasil, a autora complementa ainda que:

Essa concepção permaneceu no país, mesmo com a República, até a promulgação da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. A reforma Gustavo Capanema, em 1942, que sucedeu a reforma Francisco Campos, de 1931, afirmou a dualidade do ensino ao opor o ensino primário e profissional e o ensino secundário e superior. Dentro dessa dualidade, a função do ensino secundário, como formador de adolescentes, era oferecer uma sólida cultura geral, apoiada sobre as humanidades antigas e modernas, com o objetivo de preparar as individualidades condutoras, isto é, homens que assumissem maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação, portadores de concepções que seriam infundidas no povo (NUNES, 2000, p.40).

A partir dessa afirmação, é possível perceber que o período de criação da escola aqui estudada, corresponde ao momento de rompimento de um ensino voltado às classes sociais mais favorecidas, para a inserção de “uma cultura geral e de uma cultura profissional nos currículos das escolas secundárias” (NUNES, 2000, p.40), atendendo às novas demandas surgidas na sociedade.

Importante destacar que, para Pessanha, Assis e Silva (2017, p.314) “instituições diferentes, criadas em espaços e momentos históricos diferentes, apresentam peculiaridades que precisam ser analisadas se pretende-se escrever a história desse nível de ensino no país.”

Sendo assim, para escrever a história de uma instituição de ensino, é necessário que o pesquisador localize, selecione e analise uma multiplicidade de fontes, muitas vezes dispersas e escondidas nos arquivos escolares. Neste trabalho, foram utilizados documentos escritos, encontrados na atual ETEC e na Loja Maçônica José Bonifácio nº.55, entrevistas com sujeitos envolvidos no processo de formação e

consolidação da escola, além de imagens que puderam demonstrar de forma mais clara determinadas informações.

2.3 Os documentos escritos

Para fundamentação deste trabalho, foi necessário analisar diversos documentos escritos salvaguardados nos arquivos da Loja Maçônica José Bonifácio e da atual ETEC⁷, tais como livros, álbuns e relatórios sobre a história do município. Na análise desses documentos, foi feita uma leitura atenta e crítica de cada fonte, a fim de evitar apenas a transcrição do material consultado. Afinal, como afirma (BACELLAR, 2006, p.63) “[...] documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu”, sendo necessário, portanto, estar atento à intencionalidade do pesquisador ao eleger suas fontes.

De acordo com Severino (2011, p.124), “documentação é toda forma de registro e sistematização de dados e informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador”. No contexto da realização de uma pesquisa, é a forma de abordagem desses documentos que os transformam em fontes.

Sobre isso, Cellard (2014, p. 295) vem reforçar que o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo o pesquisador, já que traz o registro de fatos importantes que, talvez, a memória pudesse falhar. Ressalta, ainda, que “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte”, não apenas textos escritos, como também fotografias, vídeos ou qualquer outro tipo de testemunho registrado.

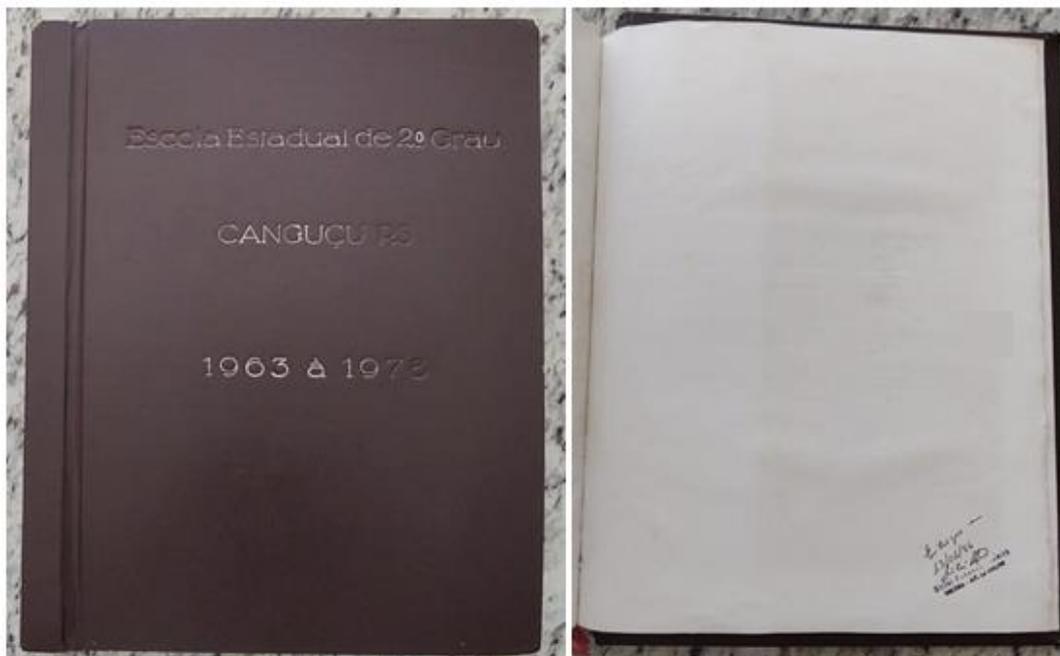
Como menciona Luchese (2014), o trabalho do historiador não é o de juntar documentos e escrever a partir deles a História. Todos os documentos que chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação, construídos e preservados no tempo para as gerações futuras.

Assim, ao realizar a busca por evidências que pudessem colaborar para elucidar os motivos que levaram à criação da Escola Técnica de Comércio José

⁷Atualmente, a escola é uma instituição estadual de ensino público e gratuito, possuindo duas áreas: uma localizada na zona urbana, local em que se encontra a sede do educandário e o alojamento dos alunos do internato e a outra na zona rural, próxima à cidade, com 50 hectares de terras, onde está a Área de Experimentos e Produção. No anexo A há fotos da estrutura física da atual ETEC.

Bonifácio, foi encontrado junto ao arquivo da atual ETEC, um livro/álbum com o título *Escola Estadual de 2º Grau, Canguçu, 1963 a 1978*, que continha expressivas informações sobre o assunto que buscava (Figura 1).

Figura 1 – Capa e última página do Livro/álbum da Escola Estadual de 2º Grau.



Fonte: ETEC, 1963-1978.

Conforme as imagens trazidas nos anexos da pesquisa, o livro traz aspectos da história da escola durante o período de 1963 a 1978, mas só foi entregue em 1986, como se observa na imagem da última página, que também traz o carimbo da diretora do educandário, Sirlei Fonseca Ribeiro e a data 13/01/86. Trata-se de um livro/álbum de capa marrom, datilografado, composto por 30 páginas, encadernado no Centro de Encadernações, organizado por uma professora da escola, conforme trarei detalhes nos próximos capítulos.

O texto inicia com um breve histórico da escola, apontando dados relativos ao início das atividades do Curso Técnico Contábil, nome dos presentes no ato de inauguração, professores, funcionários e alunos da primeira turma. Na sequência, apresenta fotos individuais dos alunos de cada turma do período relatado, além de exemplares dos convites de formatura utilizados ao final de cada curso.

Embora tendo sido produzido em 1986, apresentando referências de acontecimentos de 1963 a 1978, esse livro que se encontrava no arquivo morto da escola, serviu como guia na busca de outras informações, com auxílio da secretária e

direção da instituição, foi possível encontrar documentos importantes para a pesquisa. Dessa forma, é interessante ressaltar que, dependendo de cada contexto, as fontes podem apresentar caráter distintos, “de elementos probatórios, no âmbito da pesquisa, tendem a tornarem-se, na relação com os leitores, elementos de explicação do assunto” (RAGAZZINI, 2001, p. 25).

Para Cellard (2014, p. 299), “é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja”. No caso do livro/álbum, é possível perceber que a intenção de quem o organizou é trazer informações que mantivessem vivas as memórias do tempo registrado, já nas mãos do pesquisador, o trabalho de pesquisa começa com as interrogações que são possíveis de serem realizadas. Não se pode deixar de lado que ele também é um documento com dados que levaram a compreensão de fatos e transformações ocorridas em cada período na escola e no contexto em que ela se insere. Posteriormente, será abordado de forma mais detalhada o conteúdo interno do livro/álbum.

Além do livro/álbum com informações da escola, outra importante fonte escrita utilizada neste trabalho, foram os livros de ata da Loja Maçônica José Bonifácio n. 55. Ao encontrar no livro/álbum nomes dos fundadores da escola, através de relatos informais de outras pessoas, identificou-se que muitos deles eram homens ligados à Maçonaria. Dessa forma, o próximo passo foi buscar, nos arquivos da Maçonaria local, algo que pudesse complementar as informações que já se tinha. É interessante ressaltar que acessar os acervos da Loja Maçônica José Bonifácio n. 55 só foi possível por meu pai ser um dos membros mais antigos e atuantes da ordem, há 36 anos, e receber apoio de outros membros que também entenderam a relevância deste trabalho.

O propósito da busca não era o de trazer a história da Maçonaria e muito menos saber sobre sua ritualística, mas sim encontrar registros de debates que estivessem relacionados ao processo de criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio. Por se tratar de documentos privados, que não pertencem ao domínio público, e de uma instituição discreta, o acesso a essa fonte foi bastante restrito. Como dito, as visitas à biblioteca da Loja foram sempre acompanhadas e a leitura das atas dirigidas por um membro da Maçonaria, alguns considerados menos 'sigilosos' me foram emprestados para que fossem utilizados e, posteriormente, devolvidos.

À vista disso, trago Luchese (2014, p. 149) quando diz que “não bastaria diversificar a base documental, variar as fontes de estudo, se a forma de as tratar não as considerasse de forma diferenciada”, procurando, dessa forma, dar a cada documento analisado o seu devido entendimento. Sendo assim, sempre apontando para os objetivos desta investigação, a cada fonte pesquisada foi estabelecida uma intencionalidade de questionamentos para realizar possíveis análises e chegar a respostas.

Portanto, minhas inquietações estavam em saber qual era o contexto político, econômico e educacional de Canguçu na década de 1960? Quem iniciou o processo de criação de uma escola pública secundária e por quais motivos? Como era essa escola e como foi seu funcionamento nos primeiros anos? Por que ocorreu a troca de gestão municipal para estadual? A partir daí, comecei minha busca por explicações que viriam elucidar o início do ensino público profissionalizante voltado ao ciclo colegial em Canguçu.

2.4 As entrevistas

Junto à análise de documentos escritos, como já mencionado, foram realizadas entrevistas com pessoas ligadas à Maçonaria e à escola, estabelecendo a relação do passado, especificamente do período histórico estudado, evidenciando as memórias dos sujeitos e respectivas lembranças da época. Além disso, o cruzamento de fontes históricas de naturezas distintas, contribuem para valorizar a realização de estudos históricos.

A entrevista é um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTI, 1997, p.86).

Minayo e Costa (2018, p.12), dizem que a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho científico, em que o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Para a autora, a entrevista nada mais é que “uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa de um entrevistador e destinada a construir informações pertinentes a determinado objeto de investigação”.

Segundo Vangelista (2006), a entrevista entendida como fonte histórica é um dos produtos do processo de profunda transformação da pesquisa histórica, iniciado

na primeira metade do século passado. Diz, ainda que, a fonte oral representa a ponta extrema do processo de multiplicação das fontes históricas, sendo que em relação à sua legitimidade, as críticas, sejam superficiais e preconceituosas, sejam articuladas e bem fundamentadas, vertem de uma questão principal: a dupla subjetividade nelas contidas. Para ela, o historiador constrói a sua fonte, escolhe os depoentes, escolhe os assuntos para serem tratados, estabelece uma relação com a testemunha. Porém, o depoente, por sua própria natureza, proporciona uma visão pessoal, subjetiva e parcial da realidade, por vezes, diferente daqueles pretendidos pelo historiador ao longo da pesquisa (VANGELISTA, 2006).

Corroboram Silva, Oliveira e Salge (2021, p. 2), explicando que:

A entrevista propicia ao pesquisador um diálogo com os participantes da pesquisa a fim de descrever, relatar ou apresentar aspectos particulares do contexto investigado. Vale ressaltar que a finalidade das entrevistas deve estar sempre alinhada aos objetivos da pesquisa [...].

Neste caso, busquei trazer as lembranças de alguns envolvidos na criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio em 1964, por acreditar que poderiam contribuir também no esclarecimento da relação entre Maçonaria e Educação em Canguçu. Para fazer a escolha dos entrevistados, foi realizada uma análise prévia de atas e nos registros escolares, principalmente no livro/álbum da Escola, datado de 1963 a 1978. Escolhi pessoas que tivessem participado de momentos marcantes da história da escola, como ex-professores (maçons), alunos da primeira turma de formandos e ex-diretor no período de transição da escola municipal para estadual.

Optei pela realização de entrevistas semiestruturadas, foi utilizado um questionário com questões norteadoras e o informante pôde abordar livremente o tema proposto. Também foi solicitado a cada entrevistado que assinasse o por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2).

Foram realizadas seis entrevistas. O roteiro inicial foi elaborado com o intuito de buscar mais esclarecimentos acerca do processo de instalação da escola e funcionamento do curso técnico em contabilidade. Por apresentarem informações reveladoras, que vinham ao encontro dos demais documentos pesquisados, as entrevistas constituíram-se em fontes importantes, pois reafirmaram dados trazidos nos documentos oficiais, complementando algumas questões levantadas.

Como dito, ao todo, foram entrevistadas seis pessoas, que através de seus depoimentos, apresentaram diferentes vivências e experiências na escola. O Quadro

1 mostra os nomes, tipo de vínculo e período de maior contato com a Escola Técnica de Comércio José Bonifácio de cada entrevistado.

Quadro 1 - Lista dos entrevistados

Nome do entrevistado	Vínculo com a escola	Ano/s
Gilberto Moreira Mussi	Professor e maçom	1965
Lúcia Maria Moreira Coelho	Aluna	1964
Daizi Oliveira da Fonseca	Aluna e secretária	1964 e 1969
Antônio Valter Menezes Rocha	Aluno e maçom	1964 e 1968
Sebastião Ribeiro Neto	Diretor	1973
Maria da Graça Silveira	Secretária e Vice-diretora Bibliotecária e Professora	1974 a 1979 1994 a 1996

Fonte: Elaborado pela autora.

É oportuno reforçar que essas entrevistas são uma forma de recolher depoimentos de pessoas que vivenciaram essa história, para confrontar com as informações oficiais encontradas nos arquivos pesquisados, mostrando-se como um procedimento pertinente para o propósito.

Logo, de acordo com Minayo (2015), a entrevista é forma privilegiada de interlocução na pesquisa social, dizendo ainda que:

O que torna a relação entre pesquisador e pesquisados um instrumento privilegiado de troca de informações sobre as pessoas é a possibilidade que a fala tem de ser reveladora de condições de vida, de sistemas de crenças e, ao mesmo tempo, possuir a magia de transmitir por meio de um porta voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor (MINAYO, 2015, p. 63).

Vale salientar que cada entrevista expressa, de forma diferenciada, um ponto de vista da realidade. Conforme Alves (2016), tanto o sujeito-pesquisado como o pesquisador têm interesses diferentes em uma entrevista. E continua:

Ao pesquisador interessa ouvir e registrar a narrativa, enfim, o que vai ao encontro do tema estudado, ou seja, o objeto de estudo. Interessa ao pesquisado relatar aquilo que lhe é significativo, que lhe é importante e que, por isto, para ele, deve e merece ser narrado (ALVES, 2016, p. 4).

Sendo assim, as entrevistas realizadas representaram conversas com uma finalidade bem definida, nas quais buscamos não apenas trazer perguntas e

respostas, mas evidenciar a relevância da temática, trazendo para o texto, dentro do possível, mais questionamentos do que verdades prontas e acabadas.

2.5 O uso de imagens

Em pesquisas históricas, durante muito tempo o documento escrito foi eleito como principal fonte de pesquisa, em detrimento de outras. Entre as inúmeras fontes históricas utilizadas na produção de um trabalho científico, o uso de imagens e fotografias vem se destacando nos últimos anos, a falta de registros escritos não poderia representar a ausência da possibilidade de se escrever a História. Para Burke (2017), a História Cultural favoreceu essa ampliação, somente o uso de fontes tradicionais talvez tivessem limitado as análises nesse campo de pesquisa tão vasto e diverso.

Segundo Paiva (2006, p.31) o “uso das imagens nos estudos da Nova História Cultural não se justificam pela sua capacidade de ilustração, mas pela possibilidade de estabelecer diálogo com acontecimentos de outras épocas”. Acrescenta ainda o autor que:

Os contextos diferenciados dão, portanto, significados e juízos diversos às imagens. O distanciamento no tempo entre o observador, o objeto de observação e o autor do objeto também imprime diferentes entendimentos, uma vez que, [...] as leituras são sempre realizadas no presente, em direção ao passado (PAIVA, 2006, p. 31).

Especificamente, nesta pesquisa, observaram-se fotografias e imagens contidas no livro/álbum da escola (tais como o convite da primeira formatura e recordação da Missa de Ação de Graças), foto da primeira página do Regimento Escolar, além de fotografias pessoais de alunos da época estudada, na cerimônia de conclusão do Curso Técnico em Contabilidade da primeira turma, em 1966. Para esta análise, realizou-se a busca de autores que apontam para a importância da compreensão da imagem fotográfica como um documento que revela aspectos da vida material de um determinado tempo passado, em que a mais detalhada descrição verbal poderia não dar conta.

Nesse sentido, Mauad (1996, p.1) faz uma reflexão oportuna quanto a ligação da história e da fotografia, questionando se “a história seria puramente a duração de um fato e a fotografia seu registro?”, propondo ao pesquisador trazer o uso da

fotografia na composição do conhecimento histórico, procurando estreitar a relação entre ambas. Para a autora:

[...] as fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser, recuperam o seu caráter de presença, num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente (MAUAD, 1996, p.10).

E assim, da mesma forma que seus antigos donos, o historiador passa a dialogar com o passado e presente, mas com um sentido diferente dos que produziram a imagem, evidenciando a problemática estudada. E são das indagações propostas na construção do objeto de pesquisa, que se encontra a importância daquele que analisa a imagem do passado (MAUAD, 1996).

Entretanto, a imagem não consegue falar por si só. Para que o historiador não as trate como meras ilustrações, é necessário que perguntas sejam feitas, a fim de entender se a fotografia foi realizada com a intenção de legitimar uma postura individual, social ou se é um registro do cotidiano sem pretensões objetivas (BURKE, 2017).

Conforme Mauad (2004), a fotografia é uma fonte histórica que demanda, por parte do historiador, um novo tipo de crítica, na qual o testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida. Portanto, cabe ao pesquisador realizar uma abordagem em que o uso da imagem servirá para aproximar o leitor do seu objeto de estudo, facilitando a compreensão do contexto pesquisado.

Nessa perspectiva, Mauad (1996, p. 5) reitera que a “necessidade dos historiadores em problematizar temas pouco trabalhados pela historiografia tradicional levou-os a ampliar seu universo de fontes, bem como a desenvolver abordagens pouco convencionais”. Portanto, o uso das imagens e fotografias, surgem aqui de maneira ilustrativa no intuito de complementar uma história escrita e contada por quem viveu o período.

Diante disso, o entrecruzamento das imagens com outros documentos analisados, servirá para ampliar o cenário pesquisado, de modo a compreender o início da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio e como essa instituição se firmou como primeira escola profissionalizante no município de Canguçu.

3 Ensino público secundário (ciclo colegial): o curso técnico em contabilidade

Para construir a história de uma instituição escolar é necessário compreender o contexto ao qual ela está inserida, observando os fatores políticos, culturais e sociais que a envolvem.

Logo, este capítulo irá tratar a respeito do percurso histórico da organização do ensino secundário, educação profissionalizante e do curso técnico em contabilidade, procurando compreender como a criação de uma escola pública profissionalizante, em Canguçu, decorreu de uma necessidade econômica e social do país, em determinado momento histórico. Dessa forma, a compreensão dessa relação do micro com o macro, poderá auxiliar na análise dos capítulos posteriores.

3.1 A educação profissionalizante: breve contexto

Ao analisarmos as transformações ocorridas na humanidade ao longo dos anos, é possível observar que uma espécie de educação profissionalizante esteve presente desde os tempos mais remotos, onde as civilizações tiveram de desenvolver técnicas e saberes que garantisse a sua própria sobrevivência. Porém, é a partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, desde meados do século XVIII, marcando a transição da produção artesanal para a produção por máquinas, é que a educação profissional propriamente se desenvolve.

Dentre tantas inovações advindas desse processo, passa a ser possível não só produzir bens com maior rapidez, como também transportar pessoas e mercadorias num tempo mais curto e com custos mais baixos do que anteriormente (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016). Esses autores afirmam que diante de tantas transformações e a necessidade de ampliação de novas técnicas, foi preciso que o trabalhador passasse a ter um conhecimento técnico, dominando seu próprio ofício e preparando, assim, as gerações futuras. Surgem, então, as escolas de artes e ofícios.

De acordo com Vieira e Souza Junior (2016), aqui no Brasil, a formação do trabalhador teve seu início no período da colonização do país, com as classes consideradas mais baixas da sociedade, tendo como primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos. Acrescentam ainda que:

À elite estava destinada a educação propedêutica, de caráter acadêmico, preparatória para a continuidade dos estudos. A consideração do trabalho manual como uma atividade indigna, sob a ótica dessa elite, predispunha ao repúdio em relação às atividades artesanais e manufatureiras como a carpintaria, a serralheria, a tecelagem, a construção, entre outras (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p.154).

Sobre isso, Valle (2017) afirma também que uma condição que chama a atenção diz respeito ao ensino profissionalizante brasileiro na época colonial e imperial, porque o preconceito sobrepujava na divisão social vigente. A verdade é que os primeiros novatos de ofícios foram os escravos (índios e negros) e depois os indivíduos de classe média, fazendo prevalecer o pensamento de que os ricos eram os mais favorecidos com uma educação que não fosse voltada para o trabalho manual, sendo esse destinado para a classe mais humilde.

De acordo com Cunha (2005, p. 3):

A vigência de relações escravistas de produção no Brasil, desde os tempos da Colônia, funcionou sempre como um desincentivo para que a força de trabalho livre se orientasse para o artesanato e a manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tecelões, confeiteiros e em vários outros ofícios afugentava os homens livres, empenhados em marcar sua distinção da condição de escravo, o que era da maior importância diante da tendência dos senhores/empregadores de ver todo trabalhador como coisa sua.

Segundo Valle (2017), essa marca escravocrata, que reveste a educação para o trabalho, instigava sujeitos livres a evitar os ofícios manuais, na intenção talvez de não confundir seu lugar na sociedade. Analisando esse fato, percebe-se um elemento sociocultural que pode ter contribuído para o lento avanço do ensino profissionalizante. Um tipo de ensino que não era prioridade, nem opção, da parcela mais rica da sociedade. E como tal, não teve muita atenção durante a Colônia e o Império. Os investimentos na educação para o trabalho só foram acontecendo, conforme a mão-de-obra tornava-se necessária ao contexto vigente. Assim, acerca do princípio educativo do trabalho, pode-se dizer que:

O Brasil foi a última sociedade no continente a abolir a escravidão. Foram séculos de trabalho escravo, cujas marcas são ainda profundamente visíveis na sociedade. A mentalidade empresarial e das elites dominantes tem a marca cultural da relação escravocrata. O segundo aspecto é a visão moralizante do trabalho, trazida pela perspectiva de diferentes religiões. Trabalho como castigo, sofrimento e/ ou remissão do pecado. Ou, ainda, trabalho como forma de disciplinar e frear as paixões, os desejos ou os vícios da "carne". Um dos critérios de contratação de trabalhadores, não raro, é a religião. Por fim, muito frequente é a perspectiva de se reduzir a dimensão educativa do trabalho à sua função instrumental didático-pedagógica, aprender fazendo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1).

Já em 1809, por iniciativa do príncipe regente, futuro D. João VI, foi instaurado o Colégio das Fábricas, com o objetivo de abrigar órfãos da Casa Pia de Lisboa⁸, trazidos na frota que transportou a Família Real e sua comitiva para o Brasil. O aprendizado ocorria com artífices experientes, que vinham na mesma frota. Entretanto, o Colégio das Fábricas não prosperou, porque a concorrência inglesa e os interesses internacionais do comércio português não induziram ao surgimento de estabelecimentos industriais, na velocidade esperada. Desativado em 1812, o mobiliário e as máquinas do colégio foram vendidos ou cedidos a particulares (CUNHA, 2005).

Cabe mencionar que, a transformação do Brasil em sede do governo português propiciou um novo olhar do Estado para a educação. Segundo Vieira e Souza Junior (2016), foi na época do Império que se deu a implementação de muitas decisões direcionadas para a educação profissional, como, por exemplo, Casas de Educandos Artífices, as quais foram estabelecidas em 10 províncias no período de 1840 e 1865. Citando a teoria de Escott e Moraes (2012), explicam Vieira e Souza Junior (2016, p. 5):

A partir daí, no decorrer do século XIX, várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, dentre outras. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a educação profissional no Brasil nasce revestida de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias.

Ainda Vieira e Souza Junior (2016), enaltecem que os Liceus de Artes e Ofícios foram instituídos em várias províncias do Brasil, e a cidade do Rio de Janeiro foi a primogênita na fundação de um dos Liceus voltado para fins beneficentes, cuja mantenedora era a Sociedade Propagadora de Belas Artes.

Segundo o Ministério da Educação:

Em 1889, ao final do período imperial, e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora (BRASIL, 2009, p. 2).

⁸Instituição portuguesa criada em 1780, direcionada para a educação e regeneração de grupos de crianças e jovens órfãos, sujeitos considerados anormais e indigentes, que eram vistos como uma ameaça à ordem social e, por isso, disciplinados pelo trabalho (MARTINS, 2010).

Nessa perspectiva, é possível observar que o trabalho no Brasil apresentou diversas características, que em cada momento trouxe consequências distintas nos processos formativos dos indivíduos, promovendo sua humanização ou exploração.

Durante a Primeira República, Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, promoveu uma reforma financeira visando impulsionar o regime republicano, com a abertura de empresas. O objetivo era não apenas o estímulo aos negócios, como também a industrialização e, para isso, era necessário aumentar a quantidade de moeda circulante. Porém, embora essa medida tenha causado um impacto negativo à economia, essa injeção monetária foi responsável pelo surgimento de várias empresas e da necessidade da criação de escolas profissionalizantes que pudessem capacitar operários para suprir a demanda advinda do crescimento do parque industrial.

Já em 1906, pelo Decreto n. 787, de 11 de setembro de 1906, o presidente Nilo Peçanha, deu início ao ensino técnico no Brasil, criando quatro escolas profissionais nas cidades de Campos, Petrópolis e Niterói destinadas ao ensino de ofícios e, na cidade da Paraíba do Sul, para a aprendizagem agrícola. No entanto, a Educação Profissional e Tecnológica oficialmente começou no país em 23 de setembro de 1909 pelo Decreto n. 7.566 (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016).

Durante a segunda república, acompanhando o maior desenvolvimento da industrialização do Brasil, reforça-se o papel do ensino secundário como formador daqueles que conduziram o país, nas mais distintas esferas da vida social e que, em função disso, necessitavam de uma formação mais ampla possível (PESSANHA; BRITO, 2014).

No final de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, indicando o educador Francisco Campos para ser o primeiro titular. Em 1931, ele implementou uma significativa reforma na educação nacional, sendo oficializada pelo Decreto n. 18.890, de 18 de abril de 1931 (DALLABRIDA, 2009).

Conforme Dallabrida (2009), a reforma estabeleceu, em nível nacional, a modernização do ensino secundário, produzindo estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade capitalista que se consolidava no país. No nível profissionalizante, a reforma cuidou do ensino

comercial, com o Decreto n. 20158, de 30 de junho de 1931, que o organizava e regulamentava a profissão de contador no nível médio.

A Constituição de 1937 foi a primeira, dentre as constituições do Brasil, a abordar o ensino profissional, técnico e industrial, estabelecendo que:

As escolas pré-vocacionais e profissionais, destinadas às classes menos favorecidas, constituíam dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados (BRASIL, 1937).

Embora, na legislação, o ensino do trabalho ainda fosse “destinado às classes menos favorecidas”, na prática, a maneira como a sociedade encarava o ensino profissionalizante, começou a alterar-se (SOUTO, 2017, p. 26). Para a autora, trata-se de um dos elementos da mudança, o qual “refere-se à utilização da nomenclatura que definiu o novo trabalhador: o profissional técnico, e não mais o artífice. Isso ocorreu, principalmente, através da instalação da Inspeção do Ensino Profissional Técnico, com funções regulatórias do ensino profissional” (SOUTO, 2017, p. 29).

Segundo Ramos (2014), com o Ministro Gustavo Capanema, a educação nacional passa a ser ordenada pelas Leis Orgânicas⁹. A Reforma Capanema, pelo Decreto-lei n. 4.422, remodelou o ensino no país, marcando um período de desenvolvimento nacional e a organização do ensino profissional do país, contemplando o Ensino Secundário, Industrial, Comercial, Primário, Normal, Agrícola e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O Decreto vigorou até o final do governo Kubitschek quando, após muitos debates e discussões, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDBEN), de n. 4.024/1961, remodelando o sistema de ensino do país, dividindo em: educação de Grau Primário (pré-primário e primário), de Grau Médio (ciclo ginásial e colegial, sendo este subdividido em Técnicos e Normal), de Grau Superior e da Educação de Excepcionais.

A primeira LDBEN, promulgada em 1961, caracterizou a igualdade de deveres entre o ensino técnico e o secundário. O fim da dualidade estrutural entre os dois sistemas, foi um movimento que percorreu todo o processo de elaboração (TAMBARA; ARRIADA; AMARAL, 2021).

⁹Conjunto de decretos conhecidos como Leis Orgânicas da Educação Nacional (Reforma Capanema)

Para Ramos (2014), o contexto econômico-político desenvolvimentista, presente no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, através de acordos internacionais, foi relevante para a expansão e consolidação da educação profissional no Brasil. Porém, dos anos dourados ao movimento civil militar de 1964, o Brasil viveu processos políticos intensos “em que concepções de sociedade e de projeto de desenvolvimento estiveram francamente em disputa” (RAMOS, 2014, p.15)

Segundo a autora, neste contexto, o ponto de maior impacto no ensino secundário foi a Lei n. 5.692/71, responsável por modificações no 1º e 2º grau, impondo o ensino médio profissionalizante para os brasileiros.

[...] o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau, imposto por um governo autoritário com o discurso de atendimento à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, acarretou, da mesma forma, uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 158).

Além do exposto, interessava ao governo militar o desenvolvimento de uma nova fase de industrialização, a qual demandava por mão de obra qualificada, com técnicos de nível médio. Essa possibilidade de formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau garantiria a inserção no mercado de trabalho. No entanto, a intenção de tornar o ensino médio profissionalizante obrigatório para todos não se concretizou (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016).

Percebe-se então que no Brasil a formação do ensino médio (secundário) se estruturou em uma dualidade de classes sociais para escravos e depois para trabalhadores livres, voltada para a aprendizagem dos ofícios manuais e para os filhos das elites, para as funções de mando e ensino superior (CIAVATTA; RAMOS, 2011). E seguem explicando:

Esse processo é reiterado na República e ganha uma estrutura orgânica legal no primeiro governo de Vargas, no auge do poder do Estado Novo nos anos 1940. As Leis Orgânicas do Ensino Industrial e do Ensino Secundário e a criação do Senai, em 1942, determinam a não equivalência entre os cursos propedêutico se os técnicos, associando os currículos enciclopédicos à formação geral como expressão concreta de uma distinção social mediada pela educação (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.29-30).

Com o processo industrial houve a necessidade de preparar os indivíduos para a produção, considerando o cargo profissionalizante do nível de ensino, mesmo com grande preocupação com o cargo propedêutico. Diante da coação dos setores populares organizados, no decorrer da década de 1950, tiveram aprovação as Leis de

Equivalência entre os cursos técnicos e o ensino secundário ou médio, na intenção de viabilizar o acesso ao ensino superior para aqueles que possuíam diploma de nível médio profissional, com parcialidade nos anos 1950, 1953 e 1959 e com a LDBEN no ano de 1961 (CIAVATTA; RAMOS, 2011). Para os autores, “preparar para o mercado de trabalho foi realmente a principal finalidade do ensino médio, ainda que o acesso ao ensino superior fosse facultativo e altamente demandado” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 30).

Assim, o ensino secundário seguiu se desenvolvendo da forma possível, após a promulgação da primeira LDBEN, em 1961, ocorreu o movimento civil-militar de 1964, “sob o qual nova orientação se impôs, desta vez, estabelecendo a profissionalização compulsória no então nomeado ensino de segundo grau” (XAVIER, 2021, p.13).

Conforme Xavier (2021, p.11), essa ampliação de vagas no ensino secundário gerou uma expansão “pouco planejada”, produzindo a contratação emergencial de novos professores, muitas vezes, sem formação compatível, prejudicando a qualidade do ensino nas escolas públicas.

Nesse contexto, a autora conclui que, embora muitos esforços, a profissionalização ocorreu apenas de “fachada”, pois não houve aparelhamento suficiente para as escolas desenvolverem uma formação profissional sólida, além de grande parte dos alunos que as frequentavam seguiam buscando acesso nos cursos superiores.

Portanto, talvez por ocupar posição intermediária entre a educação básica e o ensino superior, percebem-se grandes desafios na constituição do ensino secundário em nosso país, configurando palco de constantes transformações políticas e pedagógicas.

3.2 O curso técnico em contabilidade

Como se viu anteriormente, o ensino secundário no Brasil passou por muitas transformações ao longo dos anos, no qual a sua importância e suas condições de oferta, adaptaram-se para atender à crescente demanda por profissionais mais qualificados, para atuar numa economia que, ao longo do século XIX, ensaiou seus primeiros passos e, desde o século XX, busca sua consolidação.

Sendo o foco deste trabalho compreender a constituição da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, como pioneira no ensino público profissionalizante do município de Canguçu, pareceu-me necessário contextualizar especificamente a modalidade de ensino técnico contábil.

Peleias *et al.* (2007, p.20) lembram que “a história da Contabilidade é, em certo ponto, uma consequência da história da civilização, de suas vicissitudes às mais altas manifestações, sobretudo no campo econômico.”

De acordo com Andrade (2014), em sua dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Sergipe, sobre “*A Escola Técnica de Comércio de Itabaiana (1967-1978)*”, no Brasil, o ensino contábil passou a se desenvolver timidamente, durante o século XIX, com a criação de algumas escolas de ensino profissionalizante comercial, sendo a Escola de Comércio Álvares Penteado, a primeira a implementar o curso de Contabilidade no país, denominando-se mais tarde Escola Prática de Comércio, em São Paulo, no ano de 1902. As constantes modificações realizadas pelas leis que regem esse ensino e as dificuldades encontradas na aplicabilidade delas, contribuíram para o modesto desenvolvimento.

Conforme Andrade (2014), através do Decreto n. 1339/05, três anos após sua criação, foram reconhecidos oficialmente os diplomas expedidos por essa Escola, sendo instituído dois cursos: um geral e outro superior. A estrutura curricular presente no curso geral era especialmente prática, com as seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História, Ciências Naturais, Noções de Direito Civil e Comercial, Legislação Fazendária e Aduaneira, Prática Jurídico-comercial, Caligrafia, Estenografia, Desenho e Escrituração Mercantil, sendo possível observar a contabilidade presente no curso através da disciplina de Escrituração Mercantil.

Porém, foram muitos esforços apresentados nos cursos de comércio e a abordagem da contabilidade nos currículos, foi somente em 1931, no governo de Getúlio Vargas, com a Reforma de Francisco de Campos, que se instituiu o Curso de Contabilidade, com duração de três anos, formando o “perito contador” e o título de “guarda-livros” a quem completasse dois anos de estudos. Uma das principais características do governo Vargas era o perfil extremamente nacionalista, com ideais voltados a transformação de uma nação fortalecida, conferindo à educação o papel essencial para atingir os objetivos de seu governo, argumentando que pessoas

iletradas eram um obstáculo ao desenvolvimento das atividades produtivas. Assim, o Brasil viveu a transição de país agrário-exportador a um país urbano-comercial (CORRÊA, 2020, p. 40).

Nessa direção, Andrade (2014) aponta que ainda no governo Vargas, ao encerrar as mudanças nos cursos profissionalizantes, são estabelecidas as novas bases de organização e de regime de ensino comercial, desdobrando em dois ciclos: um com o curso comercial básico e outro com cinco cursos de formação (cursos técnicos), dentre eles o de contabilidade. Essa foi a Reforma Capanema, ocorrida em 1942, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino.

Contudo, embora o conjunto de Leis Orgânicas da Educação Nacional, definidas de 1942 a 1946, tenham consolidado a implantação da educação profissional no Brasil, para Cordão (2005, p.47) “esta ainda continuava a ser tratada de forma bastante preconceituosa e considerada uma educação de segunda categoria”. Segundo o autor, essa separação rígida entre o ensino profissional e ensino secundário, normal e superior, tornou claro que uma era voltada a formar as elites condutoras do país e o outro, tinha o objetivo de oferecer formação adequada aos filhos de operários e/ou aqueles que precisavam ingressar no mercado de trabalho precocemente.

Em 1943, regulamentou-se a estrutura dos cursos de formação do ensino comercial, mas somente a partir de 1946, através do Decreto Lei n. 9.295, com a criação do Conselho Federal de Contabilidade, é que a profissão ganhou impulso, definindo o perfil dos contabilistas:

[...] contadores eram os graduados em cursos universitários de Ciências Contábeis; os técnicos em contabilidade eram aqueles provenientes das primeiras escolas técnicas comerciais e que apresentavam, portanto, nível médio; e guarda-livros eram pessoas que, apesar de não apresentarem escolaridade formal em contabilidade, exerciam atividades de escrituração contábil (COELHO, 2000, p.3).

A década de 1950 foi marcada por intensas crises no poder, como a tentativa de golpe de Estado, destituição e suicídio de Getúlio Vargas. Através da Lei n. 3.384, de 1958, se define uma nova denominação à profissão de guarda-livros, que passaram a integrar a categoria de Técnico em Contabilidade (ANDRADE, 2014).

Já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi estabelecido o Plano de Metas, que visava o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização, por meio de investimentos nacionais e estrangeiros, assim, tornou-se necessário a

adequação de perfis profissionais, tanto voltados aos cursos superiores como de formação (técnico). Neste contexto, o Ensino Técnico encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento, incluindo o conteúdo de Cultura Geral em seus currículos (ANDRADE, 2014). Logo, algo que surgia no centro político-econômico do país, repercutia nas demais regiões, mudando aos poucos realidades locais.

Acompanhando a onda desenvolvimentista, foi promulgada, em 20 de dezembro de 1961, a primeira LDBEN n.4.024, caracterizada pela “plena equivalência de estudos entre todos os cursos do mesmo nível de ensino, sem necessidade de provas e exames de conhecimentos específicos indicativos das condições de continuidade dos estudos” (CORDÃO, 2005, p. 48).

Essa equiparação trazida pela primeira LDB acabou, formalmente, com a “tradicional dualidade entre um ensino destinado às elites condutoras do país e o ensino para os operários” (CORDÃO, 2005, p. 49), garantindo os mesmos direitos àqueles que buscassem a continuação dos estudos subsequentes.

É possível perceber que a década de 1960 foi palco de importantes contribuições para o ensino da Contabilidade, onde o país vivia a era do Milagre Econômico, com grandes investimentos na área da economia. Nessa época, segundo os registros encontrados nos livros de atas da Loja Maçônica José Bonifácio n. 55, de Canguçu, são evidenciados os primeiros debates sobre a educação no município. Convivia-se também com o Regime Militar que, na área educacional, atuou de um lado aumentando as vagas no ensino profissionalizante (técnico e médio) considerando as reivindicações da classe média e, por outro, contendo o acesso das pessoas aos cursos superiores, com a justificativa de que a crise educacional era resultado da falta de formação profissional em detrimento ao ensino superior (ANDRADE, 2014).

Porém, conforme aponta Cordão (2005), a primeira LDB logo passou por reformas, em 1968, sofreu a primeira modificação com a Lei n. 5.540, com vistas ao ensino superior. E em 1971, com a Lei n. 5.692, ocorre a segunda alteração, voltada para a reforma dos 1º e 2º graus, em que se percebe uma reforma mais interessada em “conter os novos concluintes do 2º grau às universidades, do que promover a educação profissional técnica dos trabalhadores demandados pela indústria, comércio e agricultura” (CORDÃO, 2005, p. 49).

Para o autor, a implantação da Lei n. 5.692/71 resultou em centenas de cursos técnicos, profissionalizantes em classes de ensino de 1º e 2º graus e supletivos, sem os investimentos adequados, seja em termos de equipamentos e instalações, ou de docentes qualificados para suas funções. Diz ainda que, a oferta de cursos técnicos diluídos em um suposto 2º grau único, provocou tanto uma descaracterização das redes de ensino secundário e normal, mantidos principalmente pelos governos estaduais, quanto o desmantelamento de parte de redes públicas de ensino técnico, estaduais e municipais (CORDÃO, 2005).

Na visão de Andrade (2014), a Lei teve como principal função atuar na garantia do controle social, mais do que formar profissionais para atender as novas demandas, prevendo assegurar o funcionamento da estrutura social do país. Foi diante dessa formação de sociedade que aconteceu uma nova fase para a Educação Profissionalizante, com a LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Nela, o governo desvinculou o Ensino Médio da Educação Profissionalizante, possibilitando o acesso tanto para alunos matriculados no ensino fundamental, médio ou superior, como os trabalhadores em geral.

Dessa forma, a Educação Profissional se organizou como uma modalidade de ensino que aceita pessoas com diferentes níveis de escolarização. Em 1997, com o Decreto n. 2.208, o governo federal estabeleceu a Educação Profissional em três níveis de ensino: nível básico, técnico e tecnológico (ANDRADE, 2014).

Através desse breve relato, viu-se que a Educação Profissional no Brasil, desde o século XIX, passou por constantes modificações e alterações de leis que regem o sistema educacional, no qual a luta das classes menos favorecidas da população ao acesso a essa modalidade de ensino, marca cada processo social vivido no país.

É nesse contexto que começa a história do Curso Técnico de Contabilidade na história da educação brasileira, contribuindo com o desenvolvimento de diversos municípios, através da formação de profissionais capacitados, atuaram em diversas modalidades de empresas favorecendo a economia local, algo evidenciado em Canguçu, com a criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio.

4 A fundação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio: um avanço para a educação canguçuense

Como dito anteriormente, o objetivo fundamental desta pesquisa é investigar como aconteceu a criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, compreendendo a relação/influência dos poderes locais na sua constituição, bem como sua importância para a educação do município de Canguçu. Diante disso, é inegável o papel fundamental desempenhado pela Maçonaria como incentivadora durante todo o processo de instalação da escola no município.

Neste capítulo, busco fazer uma apresentação do município de Canguçu, de modo a ambientar o leitor com o *locus* da pesquisa trazendo, a partir daí, as motivações que levaram o município a investir no ensino secundário, bem como os principais parceiros nesse processo de implementação do educandário.

Aqui, foram trazidos trechos das entrevistas realizadas com pessoas que estiveram diretamente ligadas à Escola Técnica de Comércio José Bonifácio no período estudado e que, junto aos demais documentos analisados, contribuíram para aclarar o processo de criação do educandário.

4.1 Conhecendo Canguçu

Canguçu é um município sul-rio-grandense, localizado na Serra dos Tapes e pertencente à região fisiográfica das Serras do Sudeste. Foi o 22º município gaúcho a ser criado, em 27 de junho de 1857. Também conhecido como Princesa dos Tapes, a cidade surge de uma questão de terras entre dois sesmeiros, como será detalhado logo em seguida nos aspectos históricos (RIGO, 2007). A Figura 2 exibe a localização de Canguçu em relação ao Brasil e ao estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2 - Localização de Canguçu no Rio Grande do Sul e no Brasil.



Fonte: Wikipédia, 2022¹⁰.

O município possui uma área de 3.520,6 km², e por estar localizado a uma altitude de 386m, sua posição geográfica proporcionou a instalação de um posto da Aeronáutica do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo II, - Destacamento de Proteção ao Voo - Detenção e Telecomunicações 52 (CINDACTA II - DPV - DT 52), órgão responsável pelo controle e gerenciamento do espaço aéreo da Região Sul e adjacências (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU, 2022).

Sua população, segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, é de 49.680 habitantes, sendo que a maioria se concentra na zona rural. Com aproximadamente 16 mil propriedades rurais, Canguçu é considerada a Capital Nacional da Agricultura Familiar. O município também detém o título de maior Minifúndio das Américas, por possuir muitas pequenas propriedades rurais o que, por conseguinte, demandam um comércio forte e diversificado (IBGE, 2022). A Figura 3 mostra a divisão distrital de Canguçu.

¹⁰Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cangu%C3%A7u>. Acesso em: 21 dez. 2022.

segmento de franco desenvolvimento, firmando-se como um dos municípios mais importantes da zona sul (RIGO, 2007).

Em relação à sua história, não se sabe ao certo quais foram os primeiros povoadores dos campos da então Freguesia e, posteriormente, município de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu. Mas conforme alguns documentos, consta que foram casais das Ilhas dos Açores e outros vindos das Freguesias de Mostardas, Estreito, São José do Norte e Povo Novo (BENTO, 2000).

Em dezembro de 1799, 140 moradores da localidade de Canguçu Velho, escreveram uma carta ao Tenente General Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, governador do Continente, solicitando a permissão para fundar um povoado e construir uma capela num local próximo. O pedido foi atendido e, em 1º de janeiro de 1800, lançada a pedra fundamental da Capela de Canguçu, que se constituiu no marco inicial para criação do município (RIGO, 2007).

A igreja foi construída, num pedaço de terra doado por dois sesmeiros, Paulo Rodrigues Xavier Prates e João Francisco Teixeira de Oliveira, recebido por cedência de Portugal com intuito de impedir invasões espanholas. Assim começou uma disputa do referido trecho de terra (RIGO, 2007). Explica a autora que “entre esses dois sesmeiros surgiu uma desavença em torno da posse de uma faixa de terra localizada no chamado Rincão do Tamandú”. Para pôr fim à questão, resolveram doar o disputado terreno para construção de uma “Capela Curada” (RIGO, 2007, p. 69).

Após sua construção, muitas pessoas que moravam em Canguçu Velho, local onde havia funcionado a sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo¹¹ (1783-1789), considerada o primeiro núcleo populacional de Canguçu, mudaram-se para perto da Capela, a fim de receber assistência religiosa, dando início à cidade de Canguçu (BENTO, 1992).

Por Canguçu localizar-se num caminho percorrido constantemente por combatentes de Rafael Pinto Bandeira e ser relativamente próximo a Rio Grande, conseqüentemente, atraiu migrantes para a região. Embora os primeiros habitantes da região tenham sido os índios Tapes, os primeiros colonizadores a chegarem ao

¹¹Instalada a mando do Marquês de Pombal (Primeiro-Ministro do Império de Portugal), onde hoje é a localidade conhecida como Canguçu Velho, funcionava como uma estatal portuguesa, contando com grande número de escravos africanos e produzia linho cânhamo, matéria-prima para velas e cordéis dos navios (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU, 2022b).

local foram os açorianos e, mais tarde, os italianos e pomeranos, que se dedicaram principalmente à agricultura (BENTO, 2007).

A constituição histórica de Canguçu não foi importante apenas em razão das conquistas militares, mas teve grande influência no povoamento de outros locais, dando origem a inúmeras cidades atuais (BENTO, 2007). O autor ainda vai além, ao comentar a importância estratégica de Canguçu, quando deduz que “se conquistada pelos espanhóis, em 1801, dali poderiam lançar contingentes contra Rio Grande e Rio Pardo, impedindo que as duas guarnições se apoiassem mutuamente” (BENTO, 2007, p. 50).

Sendo assim, Canguçu está presente na história com grande participação e projeção na construção e definição das fronteiras no sul do Brasil, por ser local estratégico para as conquistas militares e pela produção de um importante produto da época, o linho (1783-1789). Também a população se beneficiou economicamente com a proximidade das charqueadas em Pelotas, para onde o gado produzido era transportado (BANDEIRA; SOUTO; VIEIRA, 2008).

No ano de 1812, Canguçu foi elevada à categoria de Freguesia e, em 28 de janeiro de 1857, à Vila. O município de Canguçu foi criado pelo deputado imperial Brigadeiro Jerônimo Coelho, Presidente da Província, em 27 de junho de 1857 (CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU, 2022).

A denominação de Canguçu deriva da palavra indígena *Caa-guaçu*, significando mata grande ou mato grosso. Uma alusão à milenar mata grande que encobriu primitivamente a encosta da Serra dos Tapes voltada para a Lagoa dos Patos e que daria o nome de Ilha de Canguçu, mais tarde chamada de Ilha da Feitoria como parte da estância Feitoria. Por muitos anos foi aceita a versão de que o nome do município deriva da palavra indígena *Acanguaçu* que se refere a uma onça-pintada que teria vivido na região, tendo inclusive sua imagem na bandeira e menção no hino municipal. Atualmente, essa versão não é mais aceita, após ser comprovado que o bioma da cidade, não teria essa espécie (BENTO, 2007).

Sobre os aspectos educacionais do município, é possível perceber que desde os primórdios de sua formação, as questões educacionais estiveram presentes nas preocupações das autoridades de Canguçu. Em 1830, Francisco José Pinto Braga, cumprindo com suas atribuições como fiscal, fazia o controle de como estava direcionada a educação na cidade e participou as autoridades a seguinte informação

através de um ofício: “no dia 23, fiz a inspeção à única Escola de primeiras letras que há no lugar tendo aumentado o número de meninos que aprendem. Freguesia de Canguçu, 30 de junho de 1830. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal” (MANUSCRITO, ARQUIVO ARRIADA *apud* ZANETI, 2012, p.26).

Acerca do contexto educacional de Canguçu, João Simões Lopes Neto, em 1912, traz o seguinte relato:

Tem-se ainda no século XIX informes sobre o contexto educacional canguçuense no século XIX, tratando sobre a educação pública. Pela Lei Provincial n.155, de 07 de agosto de 1848, foi estabelecida a primeira escola pública, sendo seu professor Bento Joaquim de Chaves, o segundo a entrar em exercício foi Antônio Joaquim Bento, em 04 de maio de 1854. Por sua vez, a primeira aula para meninas foi criada pela lei n. 345, de 09 de fevereiro de 1857, sendo sua professora, Florinda Teixeira Creuet (LOPES NETO, 1912 *apud* ZANETI, 2012).

Segundo Rigo (2007), na década de 1912, deu-se a inauguração do Colégio Elementar da Vila de Canguçu, atualmente Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmãos Andradas. Já em 1932, foi fundada a Escola Municipal Marechal Deodoro, sendo a primeira escola da rede municipal de ensino do 1º distrito. A referida escola continua ativa.

Em relatório feito pelo prefeito de 1933¹² e encaminhado ao interventor federal do Rio Grande do Sul, é possível observar nova realidade acerca da instrução pública.

O quadro das aulas públicas deste município compõe-se de 5 aulas municipais, 24 aulas municipais subvencionadas pelo estado e 5 aulas estaduais rurais, além de 1 grupo escolar na sede, perfazendo um total de 35 estabelecimentos, não contadas 3 aulas particulares. Tomada em consideração a população do município que se poderá estimar em cerca de 50.000 almas, nota-se bem que muito ainda falta fazer pela instrução, com a criação de novos colégios. Entretanto a deficiência de renda impediu a realização do meu plano do qual consta a criação de novos estabelecimentos de ensino primário e ainda medidas tendentes a melhorar as condições higiênicas das aulas já existentes (RELATÓRIO, 1933, p.49 *apud* ZANETI, 2012).

Embora não fazendo parte do período aqui estudado, julgo importante e oportuno exibir a Tabela 1, porque constam informações complementares da situação da educação da época, conforme o relatório de 1933, que nos mostra como se

¹²O relatório de 1933 contextualiza Canguçu, colocando que a Vila tem aproximadamente 3.000 habitantes. Há no mesmo período a chegada dos imigrantes alemães, o comércio e a indústria em desenvolvimento, um dos pontos importantes enfatizados é a instalação da energia elétrica (ZANETI, 2012, p. 35).

encaminhava o ensino no município, revelando, inclusive, aspectos sobre a questão de gênero entre os alunos.

Tabela 1 - Ano letivo de 1933.

Estabelecimentos		Matrícula			Frequência		
		Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Grupo Escolar André Puente	01	94	92	186	44	63	107
Aulas Estaduais Rurais	05	118	140	258	75	91	166
Aulas municipais	05	133	57	190	89	34	123
Escolas Municipais Subvencionadas pelo Estado	24	638	286	924	430	201	631
Aulas Particulares	03	59	41	100	45	25	70
TOTAIS	28	1.042	616	1.658	683	414	.097

Fonte: Relatório, 1933.

Embora fora da época aqui estudada, em sua dissertação de Mestrado, que trata da criação da primeira escola normalista em Canguçu, a pesquisadora Patrícia Silveira Zaneti (2012) mostra as transformações ocorridas na educação do município na década de 1940, onde foram criadas escolas. Explica a autora:

Em 1940, com o estabelecimento da Igreja Evangélica Batista de Canguçu, pelo Reverendo Astrogildo Pacheco, é fundado o Colégio da Igreja Evangélica Batista. Seguindo a criação de escolas por igrejas, tivemos em 30 de março de 1940 a fundação do Colégio do Salvador da Igreja Episcopal, tendo como professor o Reverendo Joaquim Silveira, que não tendo condições financeiras para prosseguir as obras fez um acordo com o município (ZANETI, 2012, p. 28-29).

Observa-se que no decorrer dos anos, outros educandários foram criados em Canguçu, até que em 1964, se iniciaram as atividades da primeira escola pública de ensino profissionalizante, a Escola Técnica de Comércio de José Bonifácio, instituição estudada nesta pesquisa, desta vez por iniciativa maçônica.

Relevantes mudanças no sistema educacional brasileiro, ocorreram com o estabelecimento da Lei 5692/71. Com isso, foi criada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) de Canguçu pela Lei Municipal n. 616, de 10 de julho de 1973, estruturando a rede escolar local (ZANETI, 2012). Antes dessa lei, as escolas recebiam orientações em uma sala da própria prefeitura, no entanto, de acordo com relatos obtidos para a presente pesquisa ainda na década de 1970, grande parte das

escolas ainda funcionava segundo o interesse de pessoas com algum prestígio político, principalmente na zona rural.

Embora as primeiras escolas municipais tenham iniciado seus encargos em 1932, só em 1977 foram oficializadas pelo Decreto n. 090/77, formalizando 89 escolas do período compreendido entre 1932 e 1963 (ZANETI, 2012, p. 29).

Posto os principais aspectos do município de Canguçu, como *locus* dessa pesquisa, embora trazendo de forma superficial seu contexto educacional, busco na sequência elucidar as circunstâncias que colaboraram para a criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, como pioneira do ensino técnico local, demarcando uma importante transformação na educação canguçuense.

4.2 A emergência de uma escola profissionalizante

Durante muito tempo, os estudos sobre o ensino secundário despertaram pouco interesse de pesquisa em relação a outras temáticas. Talvez por se tratar de uma etapa intermediária, entre ensino básico e superior, caracterizando uma escolarização com muitas mudanças e adaptações de acordo com os cenários vivenciados.

Para Xavier (2021), no Brasil, ainda que boa parte das políticas educacionais da capital e grandes centros urbanos, voltadas para o ensino secundário, tenha se dado por indução do governo federal, é possível perceber a atuação de outras instâncias em contextos locais e regionais.

Nessa perspectiva, procurei pensar sobre o início do ensino público secundário no município de Canguçu, buscando entender os motivos e os interesses da municipalidade em investir na criação de uma escola técnica comercial na cidade, na década de 1960, em coparticipação de outros poderes locais.

Como já mencionado, Canguçu é um município essencialmente agrícola, desde a sua constituição, onde a zona rural, além de maior em extensão e população, movimenta e sustenta a economia local, gerando o desenvolvimento de uma área urbana forte no setor terciário, pela oferta de mercadorias e serviços. Essa realidade, embora presente atualmente, apresentou algumas mudanças ao longo do tempo.

O entrevistado, Sebastião Ribeiro Neto, afirma que, na década de 1960, a zona rural do município apresentava importantes casas comerciais, destacando-se em

relação à cidade, para onde as pessoas só se deslocavam quando necessitavam ir a uma consulta médica ou eventuais compras. Dificilmente, um cidadão do interior não produzia seu próprio sustento.

Na cidade, existiam casas comerciais e armazéns, alguns instalados até hoje, onde vendiam tecidos, calçados, ferragens, bazar e outros aviamentos. Nessa época, a vida em Canguçu pulsava devagar e se tinha tempo para conversar com as pessoas, fazer visitas ou simplesmente contemplar a vida que passava.

Na opinião da entrevistada Lúcia Maria Moreira Coelho, Canguçu, por apresentar características rurais, oferecia poucas possibilidades de trabalho. Recorda que o comércio urbano não era tão forte e que seu pai tinha uma loja que vendia tecidos e artigos de armarinho, onde as pessoas do interior vinham comprar o que precisavam para confeccionar as próprias roupas. E complementa a ex-aluna:

Os comerciantes vendiam fiado para os produtores rurais, que tinham a colheita uma ou duas vezes por ano. Quando vendiam seus produtos agrícolas, ou caso os criadores vendessem o gado, anotavam naqueles livros grossos. Cada família anotava na sua folha as compras e aquilo ia ficando para receber. Só quando eles recebessem as vendas dos seus produtos, para poderem quitar suas dívidas. A pobreza no interior era muito grande, pois como não havia aposentadoria¹³ para o produtor rural, eles só ganhavam daquilo que produziam (Lúcia Maria Moreira Coelho).

É interessante essa constatação final, uma vez que atualmente a renda oriunda dos aposentados constitui-se em importante fonte de subsistência no meio rural do país, uma vez que as políticas públicas voltadas à produção da agricultura familiar são insuficientes no país.

Como lembra o ex-aluno e maçom Antônio Valter Menezes Rocha, naquela época Canguçu já era reconhecido pelo grande número de pequenas propriedades rurais, chegando a ser o maior produtor de batata inglesa, mas que isso acabou gerando um êxodo rural¹⁴ muito grande. Assim, ele acrescenta:

A produção era muito grande e não se tinha como oferecer. Essa mercadoria não valia nada, então os filhos dos colonos começaram a ir embora do interior. Nessa época, Canguçu chegou a ter 80 mil habitantes, para se ter uma ideia hoje, passados 50 anos, nós temos 50 mil habitantes. Então houve um êxodo rural incrível no município. Aí depois, com a cultura do fumo, acalmou esse êxodo, prendendo mais os proprietários nas terras (Antônio Valter Menezes Rocha).

¹³ A inclusão efetiva do trabalhador rural no campo da legislação previdenciária somente veio a concretizar-se em 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março).

¹⁴ Termo subjetivo utilizado pelo entrevistado, para explicar a diminuição do número de habitantes do município de Canguçu.

Nesse contexto, é possível perceber que ao passo que Canguçu apresentava considerável população na área rural, também se observava desenvolvimento do comércio na zona urbana, impulsionado justamente pela população que se dedicava à produção agrícola. Entretanto, conforme aponta o ex-professor e maçom Gilberto Moreira Mussi, essa parte comercial foi se organizando de maneira informal, surgindo aos poucos a necessidade de regularizar o setor econômico do município.

Politicamente, Ribeiro Neto afirma que havia um radicalismo partidário, onde *“se de um lado eram os bons, do outro não prestava”* e *“ou tu eras do meu lado, ou contra mim”*, acontecendo acalorados debates junto à Câmara de Vereadores. Isso em função do bipartidarismo implantado no Brasil durante o regime militar. O país passou a ter somente dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo militar.

Gilberto Mussi endossa que, no período deste estudo, já existia por parte da comunidade a preocupação em organizar o comércio no município, preparando profissionais que pudessem colaborar para isso. Porém, nas discussões políticas da época, não se percebia interesse por parte do governo, talvez pelas divergências partidárias que havia ou até mesmo em função do contexto político nacional vivenciado, que refletia nos municípios, onde prevaleciam ideias do governo federal.

Em termos educacionais, havia no município um número expressivo de pequenas escolas rurais e, na cidade, o Grupo Escolar Irmãos Andradas, ambos com ensino primário e mantidos pela municipalidade, além do Colégio Aparecida, uma escola particular que oferecia o ensino ginasial. Sobre isso, Lúcia Maria Coelho recorda que *“as turmas de ginásio (colégio Aparecida) não eram muito numerosas, devido à mensalidade que a população pobre não tinha condições de pagar.”* É importante destacar que era um tempo em que o ensino (principalmente o que não era primário) era pago e, por isso, o ensino secundário acabava sendo destinado à elite.

Quanto ao ensino público secundário as dificuldades eram ainda maiores, visto que em Canguçu não existiam escolas que oferecessem essa modalidade de ensino, os alunos que desejassem continuar seus estudos, deviam deslocar-se ao município

de Pelotas. Desse modo, somente aquelas famílias que possuíam melhor poder aquisitivo é que conseguiam manter o acesso dos filhos aos bancos escolares.

Acerca disso nascia entre os moradores o desejo de que tal fato se concretizasse. Desejo bem representado pelas palavras de Egídio Camargo, em uma carta nomeada “*As lágrimas de meu pai*”, publicada no jornal A voz de Canguçu, em 15 de agosto de 1953 e transcrito pela Academia Canguçuense de História – ACANDHIS, em 2021:

ÀS LÁGRIMAS DE MEU PAI

Tinha eu dez anos de idade, quando o Sr. G.A.G., meu professor primário, no 1º subdistrito deste município, entregou-me uma cartinha fechada endereçada a meu pai. Curioso pelo seu conteúdo, sem medir meus passos, apresei-me por aquele trilho de dois quilômetros que fizemos por capoeiras maceguentas, ainda humedecidas pelo orvalho da manhã, e, chegando à casa, entreguei a meu pai aquela missiva que vinha em sobrecarta de papel de embrulho porque meu professor que ganhava apenas sessenta mil réis por mês, não podia comprar envelopes, pois tinha muitos filhos que lhe pediam pão...

Meu pai abriu a carta e leu... e relendo para minha mãe, ambos choraram... e voltando-se para mim, exclamou: - Meu filho, o teu professor quer que eu te coloque no ginásio!...Mas como?...seria esse o nosso maior prazer, entretanto as nossas circunstâncias não nos permitem, pois “lá” só com muito dinheiro... e nós somos pobres!...

Dupla mágoa imprimiu-se em meu coração de criança – a tristeza de meus pais que se refletia em todo o meu ser – e a minha própria sensibilidade que se aumentava por saber também que meu professor renunciava seu magistério para ir trabalhar como empregado no escritório de uma granja de arroz, deixando-nos sem escola!...

Estava, assim, “por terra” todo o meu engenho imaginativo de estudar engenharia!...

Quase cinco anos se passaram para que eu pudesse começar a “recordar” o pouquinho aprendido: já com 15 anos de idade vinha tomar, particularmente, lições semanais na Coxilha dos Campos, com o velho e saudoso professor primário Dorotéo S. Campos.

Dentro em pouco repetiu-se outra cena dolorosa para mim: fiquei órfão de mãe e o professor mudou-se para Porto Alegre...

E assim cresci, nos labores da lavoura, trabalhando de dia, plantando milho e feijão, e à noite como descaso, à luz da lamparina entregava-me a leitura e adoração da minha aritmética de Trajano.

Já órfão de pai, quando moço, por motivos de saúde procurei outra profissão arvorando-me autodidacticamente em retratista.

São passados trinta e cinco anos do início desta narrativa, e volta meu coração a bater desordenadamente pela preocupação com a educação e instrução de meus filhos.

Durante tantos anos fui um resignado com as minhas circunstâncias, por alimentar a esperança de ver concretizado nos filhos o que não pude conseguir para mim: AO MENOS UM CURSO GINASIAL, TÃO IMPRESCINDÍVEL NESTA ÉPOCA DE TANTAS EXIGÊNCIAS DA VIDA SOCIAL E ECONOMICA COMO O ERA O ENSINO ELEMENTAR DA EPOCA DA MINHA MENINICE.

Atualmente nossa terra se pangeia com a melhoria indiscutível de que já gosamos. Um grupo escolar Estadual, a Escola N.S. Aparecida e a Escola Episcopal, dentro desta cidade, vêm atendendo a centenares de crianças que aí estão recebendo satisfatoriamente o ensino primário, não se falando aqui

dos grupos escolares, escolas rurais municipais e particulares disseminadas pelo município, todas com programas de ensino baseados na orientação da pedagogia moderna. Entretanto, ouvimos falar de há muitos anos na criação de um Ginásio Estadual nesta cidade, e não posso encontrar o motivo justo do porque ele não funciona ainda!...

É preciso que nós todos os cangussuenses e demais radicados e interessados por esta terra, lutemos por esse IDEAL SUBLIME e acima de PAIXÕES PARTIDÁRIAS, POLÍTICAS OU SECTÁRIAS, unidos numa 'frente de ação' pleiteemos junto ao governo e seus representantes a concretização urgente do referido ginásio nesta cidade, o qual será a porta aberta ao levantamento do nível cultural do nosso povo, que até então só vê se formarem os filhos cangussuenses que dispõem de facilidades financeiras ou os que recebem proteções diretas e particulares, os quais, quase sempre dependem-se de Cangussú e, formados, vão exercer suas atividades em outros centros de maior desenvolvimento.

Conjuguemos, pois, todos os nossos esforços para que nossos filhos possam receber o mais breve possível, dentro de nossa cidade, a preparação que até então tem sido buscada em Pelotas ou Porto Alegre. Sem essa realização tão nobre, continuará sempre e enorme soma de sacrifícios para muitos, sendo que a maioria dos adolescentes cangussuenses, (inclusive meus filhos), sentir-se-á conflagrada a reprimir num complexo de inferioridade desta terra em relação a outras, a mágoa de ficar à margem do seu desenvolvimento cultural e aproveitamento de suas faculdades naturais e vocacionais; e muitos ainda tocados por cenas dolorosas semelhantes a história verdadeira acima relatada com o título – As lágrimas de meus pais (CAMARGO, 1953, p. 3)

Como pode ser percebido no texto acima, havia a necessidade de, primeiramente, ampliar o atendimento ao ensino público primário. Anos depois, vemos o mesmo autor da referida carta, Egídio Camargo, agora maçom, mobilizando-se em comissão, apoiando a criação do Curso Técnico Contábil básico, conforme registro nas atas n. 95, 96, 97 e 98 da Loja Maçônica José Bonifácio n. 55, citada no próximo capítulo e nos anexos deste trabalho.

Sobre essa carência de uma escola pública secundária voltada ao ciclo colegial no município, Antônio Rocha, relatou que quando os jovens terminavam o ensino ginásial, entre 15 e 17 anos, caso quisessem prosseguir os estudos, ou deslocavam-se até Pelotas ou se mudavam para lá, dificultando o acesso de muitos. Recorda que, como o transporte coletivo era extremamente precário, só estudava quem realmente tinha condições de bancar as despesas. Disse ainda que, de certa forma, isso *“acabou gerando uma debandada de jovens aqui de Canguçu”*. É importante ter claro que essa debandada era de jovens de maior poder aquisitivo. Os demais permaneciam somente com a escolarização básica.

O entrevistado Ribeiro Neto também recorda o seu deslocamento para o município vizinho, para seguir cursando o ensino secundário, e expõe sobre a precariedade e o tempo de viagem:

Eu mesmo peguei muito o Pelotas/Canguçu pelo Morro Redondo. Veja bem, a gente levava quase 3 horas, parava-se no Morro Redondo, no Hotel Fiss, para fazer um lanche, imagina bem... e as estradas em péssimas condições, que aliás continua até hoje (Sebastião Ribeiro Neto).

Atualmente, o percurso de cerca de 45 quilômetros entre Pelotas/Canguçu, é realizado diretamente pela BR 392, podendo ser acessado através das linhas regulares de ônibus intermunicipais, cooperativa de transporte de estudantes Cooperativa dos Estudantes de Canguçu (COOESC) ou ainda em veículos próprios, em um trajeto de no máximo uma hora de viagem.

Diante de tantas dificuldades para dar continuidade aos estudos, Gilberto Mussi explica que, em 1963, começou a surgir por parte da comunidade uma ânsia em fazer alguma coisa para solucionar a ausência de um curso profissionalizante. E continua:

Foi dentro da Loja Maçônica que um grupo de maçons que queriam passar por cima das divergências político-partidárias, começaram a comentar sobre o assunto. Ali nós tínhamos algumas figuras importantes dentro do contexto comunidade. Nós tínhamos dentro da maçonaria o Dr. Miguel Luís Pacheco, que era Juiz de Direito da nossa Comarca, tínhamos Aldo Vieira de Camargo, que era fiscal do ICMS aqui em Canguçu, tínhamos Rui Veleda do Amaral, gerente do Banco Agrícola Mercantil e que já tinha o curso de Contabilidade (Gilberto Moreira Mussi).

É possível perceber, então, que foi a partir da união de destacados líderes da comunidade local, atuando em parceria com a municipalidade que se inicia a emergência de discutir a implantação de uma escola pública de ensino secundário em Canguçu, investindo na capacitação de jovens que viessem a contribuir com a economia local. E essas pessoas tiveram na Maçonaria local o espaço aglutinador e propulsor de suas intenções para criar uma escola.

Gilberto Mussi ainda recorda que o prefeito municipal da época, Francisco Carlos dos Santos, não era maçom, mas percebia e apoiava a Maçonaria na iniciativa de criação do Curso Técnico em Contabilidade, por entender que era a principal demanda educacional da cidade naquele momento, contribuindo inclusive, com a organização comercial e a arrecadação tributária para o município.

Vale ressaltar que nas décadas que o precederam já se desenhava no país, desde os governos de Getúlio Vargas, a necessidade da implantação e disseminação da Educação Profissional, com instituições educacionais que dessem conta do emergente processo de industrialização e urbanização vivenciado no país. Formar mão de obra qualificada significava preparar os estados e municípios para o tão almejado desenvolvimento econômico (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016). E será nesse

contexto de desenvolvimento e de expectativas de promoção e atendimento de atividades mais urbanas que se deve compreender a criação da escola aqui estudada.

Como dito anteriormente, a escolha pelo Curso de Contabilidade, para o início do ensino técnico canguçuense, aconteceu pela carência de profissionais no ramo, que se expandia na cidade. Para Lúcia Maria Coelho, “*esse curso abriu possibilidades para os alunos realizarem concursos e conseguirem trabalhar e ganhar melhor*”. É importante essa afirmativa, pois com a escola há uma nova possibilidade de encaminhamento profissional para os habitantes de Canguçu, qual seja, os empregos públicos. Ela diz também que havia em Canguçu alguns contadores formados em Pelotas, mas que grande parte dos escritórios de contabilidade existentes faziam a escrituração contábil das firmas através dos chamados despachantes, que tinham conhecimento prático das funções, porém, sem habilitação formal.

Por sua vez, o entrevistado Antônio Rocha acrescenta que os maçons envolvidos no processo, eram representantes da sociedade e pessoas que trabalhavam pela comunidade, mantendo ótimas relações com o poder executivo, entendendo que a proposta da escola viria a beneficiar toda a coletividade.

Uma vez recebido o apoio do prefeito municipal para a implantação da Escola Técnica de Comércio na cidade, começou a investida desse grupo, que formaram uma comissão específica para esse propósito. Nesse ínterim, diz Gilberto Mussi que:

O Dr. Pacheco, que era o Juiz de Direito e o Aldo Vieira de Camargo, fiscal do ICMS, iam praticamente todas as semanas para Porto Alegre, pois além de suas famílias morarem lá e desempenharem algumas atividades na capital, também aproveitavam para agilizar a documentação de criação da Escola, junto a Secretaria Estadual de Educação (Gilberto Moreira Mussi).

De acordo com o entrevistado supracitado, esses dois personagens foram os que lideraram o trabalho de organizar a documentação que autorizaria o funcionamento da nova escola em Canguçu, buscando fazer a mediação entre o governo Estadual e Municipal. Ao que tudo indica, foram pessoas fundamentais no encaminhamento burocrático necessário para a implantação da escola.

Vale ressaltar que, ao mesmo tempo, que se discutia a criação da Escola Técnica de Comércio, também se lutava para a implantação do Curso Normal, junto ao Colégio Aparecida, escola criada e mantida pela Igreja Católica, no ano de 1933, com a finalidade de formação docente necessária às escolas primárias. Porém, embora a luta de alguns pais e reivindicação das irmãs franciscanas, o ideal só iria se

concretizar em 1966, ou seja, dois anos após a fundação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, fato que reforça a ideia de que a Maçonaria desempenhava um poder expressivo em Canguçu, onde a agilidade e influência de alguns de seus membros, encaminhou a criação da escola.

Outro ponto a ser destacado é o cenário político federal vivenciado na década de 1960, momento de profundos debates em relação à educação, pela implantação da primeira LDBEN 1961 e pelo Golpe Militar, ocorrido em abril de 1964, coincidentemente, mesmo período em que ocorreu a aula inaugural da Escola aqui pesquisada.

Em relação a isso, Antônio Rocha diz que *“a intervenção militar não afetou em nada a criação da Escola, sendo um acontecimento totalmente independente”*. Para Lúcia Maria Coelho, o fato de o prefeito municipal, que assinou o decreto de fundação da escola, ser representante do partido político que tomou o poder federal na Revolução de 1964, talvez tenha contribuído para que não ocorressem impedimentos, no âmbito municipal, para o início das atividades escolares.

Ao questionar a presença da Maçonaria no processo de criação dessa importante escola de Canguçu, é relevante salientar que só se chegou a esse indicativo pelo fato de perceber o nome de muitos maçons nos registros de primeiros professores e diretores.

Segundo o entrevistado Sebastião Ribeiro Neto, a ideia de criação da escola surgiu dentro da Loja Maçônica José Bonifácio nº. 55, mesmo que nunca se tenha evidenciado essa possibilidade, dada a discricção da instituição, tendo em vista que ela sempre contribuiu para grandes feitos. E acrescentou:

Eu não tenho dúvidas de que a Maçonaria ponteou o início da criação da escola técnica. Tem gente que tem medo de dizer, não sei porquê, mas a Maçonaria sempre levantou essas questões... questões fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade e aqui não foi diferente. A contribuição da Loja de Canguçu e dos maçons esteve presente em todas as atividades que cresceram e que surgiram. O início, a ideia fundamental sempre foi gerada dentro de uma Loja Maçônica (Sebastião Ribeiro Neto).

Segundo ele:

Nós sabemos que a história da Maçonaria é assim, ela age sigilosamente, no silêncio e cria o fato. De algum maçom, não tenho dúvida nenhuma, surgiu a ideia de que nós precisávamos em Canguçu de um curso técnico em Contabilidade, porque o município começava a despontar e a crescer. E

quando levada ao Paço Municipal, acabou recebendo o apoio, e não poderia ser diferente. (Sebastião Ribeiro Neto).

Dessa forma, Lúcia Maria Coelho, estudante da escola na época, conta que só soube da participação da Maçonaria através de uma colega de sala, cujo pai era maçom, pois a maioria da população não tinha esse conhecimento. Acrescenta também, *“que foi através da prefeitura e da Maçonaria de Canguçu, que se empenharam para que esse curso pudesse começar a funcionar”*.

Outro assunto pertinente a destacar foi a presença feminina na primeira turma de Contabilidade. Quanto a isso, Gilberto Mussi diz que não havia muitas mulheres, talvez pela situação da época, onde o Magistério era o espaço designado para mulheres, e Contabilidade e Agricultura para os homens, mas que não se percebia qualquer preconceito entre as estudantes da classe.

Lúcia Maria Coelho já recorda certa resistência em optar pelo curso de Contabilidade, quando chegou a ouvir *“não, tenta fazer o curso normal, pois ali poderás trabalhar só um turno”*, sugerindo a ideia de poder manter mais tempo para dedicar-se às questões domésticas. Acrescentando ter ouvido, *“depois tu podes fazer concurso para o magistério que tem dois meses de férias no verão e um mês de férias no inverno, aí tu pode parar de trabalhar pra poder ficar cuidando da casa e dos filhos e é um trabalho que não exige tanto”*. Nesta fala, é possível constatar que, embora já houvesse um avanço no papel da mulher na sociedade, ainda se percebia resistência em alguns aspectos.

Ainda, Lúcia Maria Coelho, disse que a maioria dos colegas que buscaram a primeira turma do curso de Contabilidade tinha a intenção de, além de cursar o ensino secundário, prosseguir os estudos, auxiliar a regularizar o comércio local e prestar concursos para o Banco do Brasil, Banco Mercantil e outros. Percebe-se, dessa forma, também, a importância da nova escola para o encaminhamento profissional de mulheres que não se resignavam às expectativas sociais e sonhavam em ocupar cargos até então masculinos, como o trabalho no comércio e em bancos.

Portanto, diante do exposto, é possível perceber que criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, no dia 07 de abril de 1964, além do anseio da comunidade canguçuense, resultou da união de poderes locais que entenderam as necessidades econômicas e educativas do momento e a municipalidade assumiu sua gestão.

Com relação a isso, Gilberto Mussi afirma que “*era uma alegria muito grande para todos, professores e alunos, ver que o Curso estava acontecendo, mesmo passando por dificuldades que, teoricamente, tinham que passar, estava acontecendo o Curso e isso era uma grande vitória*”.

Antônio Valter Rocha complementa que:

Foi um momento muito importante para a educação de Canguçu, que era muito carente, então a primeira turma de contabilidade veio trazer um benefício muito grande, pois os filhos de Canguçu tiveram a oportunidade, que antes não tinham. Por isso foi muito bom! (Antônio Valter Menezes Rocha).

Na sequência, busco trazer um pouco mais sobre a Instituição Maçônica, visto que diante de todos os relatos, foi um poder local com grande destaque no processo de criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, buscando entender a sua relação com as questões educacionais.

4.3 Poderes locais: a Maçonaria como incentivadora

Para realizar este trabalho, se fez necessário ter maior conhecimento sobre as Lojas maçônicas como apoiadoras da educação, buscando informações sobre acontecimentos que comprovasse tal influência (EGITO, 2011).

Lançar-se ao desafio de abordar acerca dessa instituição tão instigante, é necessário ter claro que a origem da Maçonaria ainda é bastante discutida, já que sua história se perde num passado cheio de mitos e lendas. Mas é possível encontrar concordância de muitos estudiosos que afirmam as origens medievais da instituição, formada por homens pertencentes a camadas privilegiadas da sociedade, em meio às demais profissões ao longo do tempo.

Sabe-se que a Maçonaria é uma instituição que historicamente tem especial interesse por assuntos que envolvem a educação e seu processo de disseminação e institucionalização. No Brasil, seu ideário pautado na evolução cultural, intelectual e espiritual de seus integrantes, fundamentou a existência de uma potente rede de sociabilidade que tem indiscutível influência política desde o período imperial (AMARAL, 2017).

É possível perceber, então, que historicamente, a Instituição Maçonaria sempre esteve ligada à educação e à cultura dos povos. Essa é uma das razões pelas quais os maçons são conhecidos no meio onde atuam como construtores sociais¹⁵.

No Rio Grande do Sul a preocupação com as condições de trabalho, a educação e a cultura se refletiam em iniciativas de libertação de escravos, incentivadas e estimuladas pelas lojas maçônicas. Foi assim que a centenária loja maçônica Rocha Negra de São Gabriel desempenhou papel preponderante nesse mister (FAGUNDES, 1989). O autor continua explicando que:

Em 25 do citado mês de maio de 1874, o Dr. Jônatas Abbott, em bela peça oratória, disse que era necessário dar emprego e trabalho aos filhos de escravos livres e lembrou a conveniência da Loja encomendar para a Europa um ou dois teares e bem assim um mestre tecelão (FAGUNDES, 1989, p. 32).

O trecho citado vai ao encontro das postulações de Silva e Marques (2017) a respeito de como a Maçonaria tratava a educação no final do século XIX. Segundo os autores, ela era vista como instrumento de difusão das ideias liberais e racionalistas. Assim, os maçons enxergavam a educação como um motor de libertação do homem, o que levou a Maçonaria brasileira a carrear esforços para promover um ensino laico e gratuito à população, principalmente, aos jovens através de colégios fundados e mantidos pela ordem maçônica.

Ao que tudo indica, conscientes da importância de sua atuação junto ao ensino no país, os maçons criaram muitas instituições de ensino, principalmente, em função de sua notória carência no país. Ao final do século XIX, a educação e o ensino eram instrumentos fundamentais na difusão do ideário liberal e racionalista, questionando a influência negativa que a Igreja Católica exercia, ao manter crianças e jovens no universo do obscurantismo e da superstição (COLUSSI, 2000).

Nesse cenário, a Maçonaria destaca-se como representante dos setores anticlericais, apresentando-se de forma compatível com o ideário liberal, crescente naquele período do cenário brasileiro. Torna-se claro o embate entre Maçonaria e Igreja Católica, protagonizado desde meados do século XVIII. Para isso, os maçons

¹⁵De acordo com os preceitos da Ordem, os maçons são homens livres e de bons costumes que se submetem a uma pedagogia iniciática, para se transformarem em construtores sociais, isto é, em obreiros que ajudam a tornar mais feliz a Pátria e a Humanidade (CASTELLANI, 2003).

utilizaram-se da imprensa, da política, de associações, com a finalidade de combater o catolicismo no país (COLUSSI, 2000; AMARAL, 2017).

Outrossim, a Maçonaria, nas primeiras décadas da república brasileira, apresenta-se como uma instituição formada por homens intelectuais que objetivam contrapor-se à ignorância em todas as suas modalidades.

Como afirma Amaral (2005), o campo da educação surge como espaço privilegiado na atuação maçônica na luta contra a Igreja e pela busca de um ensino laico, em contraposição ao ensino religioso. Segundo a autora, desde as primeiras décadas do período republicano é marcante sua atuação no processo de modernização da educação, a partir da disseminação de ideias positivistas e anti-jesuíticas, em defesa do ensino elementar público, laico e obrigatório.

Nesse período, a Maçonaria, tanto em nível nacional quanto regional e local, desenvolveu importantes iniciativas na publicação de jornais e criação de escolas (AMARAL, 2005). No entanto, desde meados do século XX, talvez pela influência do contexto internacional (Segunda Guerra Mundial) e nacional (Era Vargas), sua atuação tornou-se menos visível (ou estudada) na história nacional.

É comum nos livros de História do Brasil, encontrar a Maçonaria citada, principalmente por conta da atuação política em vários acontecimentos marcantes de nossa história, porém, a participação da Ordem em outros setores ainda requer maior investigação. Mesmo que se enfrente certa dificuldade em realizar qualquer tipo de pesquisa sobre essa temática, devido ao acesso restrito aos documentos e à estrutura fechada da Maçonaria, é possível perceber que sua atuação vem sendo mais estudada, tornando-se fonte de compreensão para diversas relações de poder que marcaram a sociedade.

Para Amaral (2017), no Brasil, a Maçonaria adaptou-se às condições específicas e necessidades regionais de onde se instalou. Portanto, ela não deve ser compreendida num sentido unívoco, sendo mais fácil identificar a ação e engajamento ideológico de maçons e não da Maçonaria, propriamente dita.

Nesse sentido, é que este texto apresenta iniciativas de maçons e/ou da Maçonaria, pois nem sempre a Ordem Maçônica, como representante de todo um grupo, desenvolveu iniciativas no campo político-educacional. Em muitos momentos foram iniciativas individuais de maçons, que eram representantes dos poderes locais e que exerciam sua influência e atuação.

Em Canguçu, é possível encontrar referências do funcionamento de uma loja maçônica denominada Silêncio, em 1875, porém se desconhece maiores informações sobre seu funcionamento e o encerramento de suas atividades.

Registros da influência exercida pela Ordem Maçônica na educação do município podem ser encontrados em documentos datados a partir de 20 de novembro de 1958, quando foi fundada a loja maçônica José Bonifácio n. 55. A Figura 4 mostra a fachada da referida loja maçônica, onde tiveram início as primeiras discussões para fundação de uma escola secundária em Canguçu e que aí funciona até hoje. Percebe-se que é um prédio de fachada simples sem a distinção de uma imponência arquitetônica que se impunha pela sua aparência e estrutura. A porta ao centro é circundada por duas singelas colunas unidas acima pelo triângulo que tem ao centro o símbolo da Maçonaria (o esquadro, o compasso e a letra “G”¹⁶), identificando ser este um espaço maçônico. Chama a atenção a simetria de sua fachada, em que uma pequena porta central possui tanto a sua direita quanto a sua esquerda duas janelas iguais e uma maior.

Figura 4 - Loja maçônica José Bonifácio nº. 55 em Canguçu-RS.



Fonte: M33, 2022¹⁷.

A preocupação dos maçons canguçuenses com a educação fica evidenciada no ano de 1960, quando tomam conhecimento da tramitação no Senado Federal do

¹⁶ Como afirma Amaral (2005, p.27), a letra “G” é o símbolo sagrado da Divindade, uma alusão ao fato de o nome de Deus começar com esta letra em várias línguas.

¹⁷ Disponível em: https://www.m33.com.br/lojas/0/23/121/237/Jose_Bonifacio.

Projeto da LDBEN, conforme foi verificado nos registros encontrados na ata n.17, de 22 de dezembro de 1960, livro de atas n. 1 da instituição.

[...]contido em jornal sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases em tramitação no Senado Federal e, pondo o assunto em debate e sem formalidades, o qual depois de exposições de vários irmãos do quadro e troca de ideias, ficou resolvido, por unanimidade, que se dirigisse solicitação ao Sereníssimo Grão-Mestre pedindo orientação sobre as medidas a tomar, visto tratar-se de assunto importantíssimo e de repercussão nacional em todos os setores sociais [...]. (LIVRO DE ATAS Nº 1 – LOJA MAÇÔNICA JOSÉ BONIFÁCIO N. 55, ATA N. 17, DE 22/12/1960, p.18).

Em 1962, a criação de um curso superior laico na região, passa a merecer destaque nos debates entre os maçons canguçuenses, como se observa no seguinte trecho da ata de n. 72 de 30 de agosto de 1962:

[...] Consta desta, o debate do assunto da criação da Faculdade de Medicina Leiga em Pelotas, apelando a todos procurassem influenciar o Ministério da Educação e Presidente da República no sentido de concedê-la, somente em caráter leigo [...]. (LOJA MAÇÔNICA JOSÉ BONIFÁCIO Nº 55, 1962, p.68).

Outro indicador que colabora para as ideias que estão sendo defendidas neste texto, refere-se ao ano de 1963, quando a preocupação dos maçons canguçuenses passa a ser com o ensino profissionalizante no município. Conforme trazido nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, embora houvesse a demanda da comunidade para fundação de uma escola técnica, nas discussões políticas, por divergências partidárias, percebeu-se pouco interesse do governo em consolidar esse projeto. Surgiu então, um grupo de pessoas influentes ligadas à Maçonaria local que pleitearam essa busca junto às instâncias superiores.

O grupo de pessoas organizou uma comissão (conforme mencionado anteriormente, sobre Egídio Camargo como um dos líderes desse processo) para estudar a criação de um curso técnico contábil básico com a finalidade de atender a demanda de uma comunidade que tinha sua economia baseada no comércio e agricultura.

Oportuno expor o trecho registrado na ata de n. 95 de 2 de maio de 1963, referindo-se à composição de tal comissão:

[...] ficando criada uma Comissão composta dos Irmãos Egídio Camargo, Alaor Rodrigues, Áureo Campos, José Noguez e Dario Jacondino, para reivindicarem o caso da mudança de livros nas escolas locais e finalmente, manifestação de apoio a criação do curso Técnico Contábil básico [...]. (LIVRO DE ATAS N.1 – LOJA MAÇÔNICA JOSÉ BONIFÁCIO N.95, 96, 97 e 98, DE 02/05/1960, p. 85).

É importante destacar, que em 1963, quando tramitava a criação de uma escola profissionalizante no município, havia a necessidade de implementação de cursos que viessem a contribuir com o desenvolvimento local. Foi escolhido, num primeiro momento, o Técnico em Contabilidade, a fim de auxiliar comerciantes que possuíam seus estabelecimentos na informalidade, pois não dominavam os trâmites burocráticos necessários.

Indispensável, portanto, profissionais que regularizassem essa área econômica local. Além disso, ainda não havia na cidade escolas públicas de ensino secundário, o que dificultava aos jovens a continuação dos estudos. Somente quem possuía melhores condições financeiras podia deslocar-se ao município vizinho de Pelotas, onde existia essa oferta. Por essa razão, foi escolhido o ano de 1963 para o início desta investigação, pois aí se encontram os primeiros apontamentos formais sobre o assunto.

Através da Lei n. 282, de 15 de maio de 1963, sancionada pelo prefeito Dr. Francisco Carlos dos Santos, foi criada em Canguçu, a Escola Técnica de Comércio José Bonifácio. A escola pública municipal de ensino secundário foi idealizada por um grupo de canguçuenses que tiveram seu ideal concretizado em 1964, no governo do prefeito João de Deus Nunes, que autorizou seu funcionamento, observando-se uma relação mais estreita com a Maçonaria, visto que seus primeiros diretores e professores foram indicados pelo prefeito e tinham vinculação com a Ordem (Livro/álbum da escola, 1963-1978).

Apesar de não haver um registro formal nos livros referentes à criação da escola sobre a escolha do nome José Bonifácio, supõe-se que ele se deu em razão de ser o mesmo nome da Loja maçônica da cidade de Canguçu. Foi homenagem ao patriarca da Independência que era maçom. As informações trazidas por pessoas envolvidas com a escola na época, reiteram que o nome foi uma alusão à loja maçônica instalada no município e que ponteu o processo de instalação do educandário.

É preciso destacar que a Maçonaria está presente na comunidade canguçuense há mais de um século e, por isso, este trabalho torna-se um importante registro histórico, uma vez que traz à luz a atuação da instituição em uma das áreas mais significativas da sociedade, que é a educação.

5 A Escola Técnica de Comércio José Bonifácio: sua consolidação

Conforme apontado anteriormente, esta dissertação busca compreender o processo de criação da primeira escola pública de ensino secundário de Canguçu. Conhecida atualmente como Escola Técnica Estadual Canguçu (ETEC), em suas origens, a Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, inicialmente contava apenas com o curso técnico em Contabilidade, atendendo à demanda local de atividades ligadas ao comércio, mesmo que a economia do município se sustentasse pelo trabalho de uma expressiva população rural.

Após 10 anos de atuação da escola, outra carência da sociedade de Canguçu e região foi atendida com a criação do curso técnico em Agricultura, valorizando o trabalho nas pequenas propriedades rurais existentes e auxiliando na formação de profissionais da área. Neste capítulo, procuro enfatizar as características iniciais da escola, evocando questões que contemplem as especificidades do educandário no início da sua história. Analisando, a seguir, o livro/álbum da escola: 1963 a 1978, o primeiro Regimento Escolar, a constituição da primeira turma de formandos e a troca da gestão administrativa, busco compreender a constituição da Escola ao longo do tempo, bem como as contribuições deixadas para a educação canguçuense.

5.1 O livro/álbum da Escola Estadual de 2º grau Canguçu: 1963 a 1978

Um dos grandes desafios ao realizar uma pesquisa é a dificuldade de transformar os documentos em fontes, algo que exige persistência e habilidade para acessar os arquivos. Ao investigar uma instituição escolar, órgão que normalmente conserva seu acervo em “arquivo morto”, o contato com as fontes exige ainda mais, pois são nos papéis velhos e amarelados, mantidos longe do acesso público, que encontramos muitas histórias a serem contadas (PESSANHA; ASSIS; SILVA, 2017).

Foi assim que este trabalho começou. Visitando a atual ETEC, em busca de documentos que contribuíssem para recuperar o início de um importante educandário, criado em 1964, como Escola Técnica de Comércio José Bonifácio.

Dentre alguns documentos encontrados na primeira visita, um livro/álbum, datado de 1963 a 1978, destacou-se em relação aos demais, pois estava minuciosamente organizado, encadernado e trazia desde um breve histórico da

fundação da escola, nomes de professores, funcionários, locais de funcionamento, até a organização das turmas de formandos, nomeando os alunos matriculados a cada ano do período mencionado, conforme podemos observar em algumas fotos trazidas nos anexos.

Segundo Pessanha, Assis, Silva (2017, v. 42, p. 312), “o uso das fontes é fundamental para a produção e a sistematização do conhecimento histórico, pois testemunham, fundamentam e embasam a pesquisa histórica”. Portanto, esse livro/álbum, que apresenta 30 páginas numeradas no canto superior direito, dividido cronologicamente e encontra-se em excelente estado de conservação, serviu como documento norteador em busca de outras fontes que viessem a complementar as informações que ele trazia.

Como relatado na seção 2.3 que trata dos documentos escritos, o livro/álbum está datado de 13 de janeiro de 1986, quando foi entregue à Diretora da Escola na época, Sra. Sirlei Fonseca Ribeiro, tendo sido cuidadosamente confeccionado, em partes datilografadas e outras manualmente pela professora Maria da Graça Valente da Silveira. Como já foi citado e apresentado em foto anteriormente, na última página do livro/álbum há a assinatura da autora e a identificação da data de entrega carimbada.

O documento é muito rico, pois procurou organizar dados que remetessem à constituição da história da escola nos seus anos iniciais, tornando-se uma referência àqueles que quisessem saber sobre sua história. Destaco que ele foi produzido anos depois da sua criação e, como um álbum de recortes e informações, serve mais como uma fonte para outros estudos mais aprofundados. Nesse sentido, foi necessário um olhar atento e alargado às informações trazidas nele, a fim de aclarar o início do ensino técnico secundário em Canguçu.

Logo nas primeiras páginas, onde se encontra o histórico da escola, foi possível verificar a presença de muitos nomes de pessoas envolvidas no processo de criação (dentre elas diretores e professores) e que apresentavam vínculos com a Maçonaria, o que remeteu a outra busca, junto à Loja Maçônica José Bonifácio n.55.

Foi a junção das informações trazidas e analisadas no livro/álbum, as atas registradas na Loja Maçônica da cidade e as entrevistas com pessoas ligadas à época, que amparam este trabalho de pesquisa.

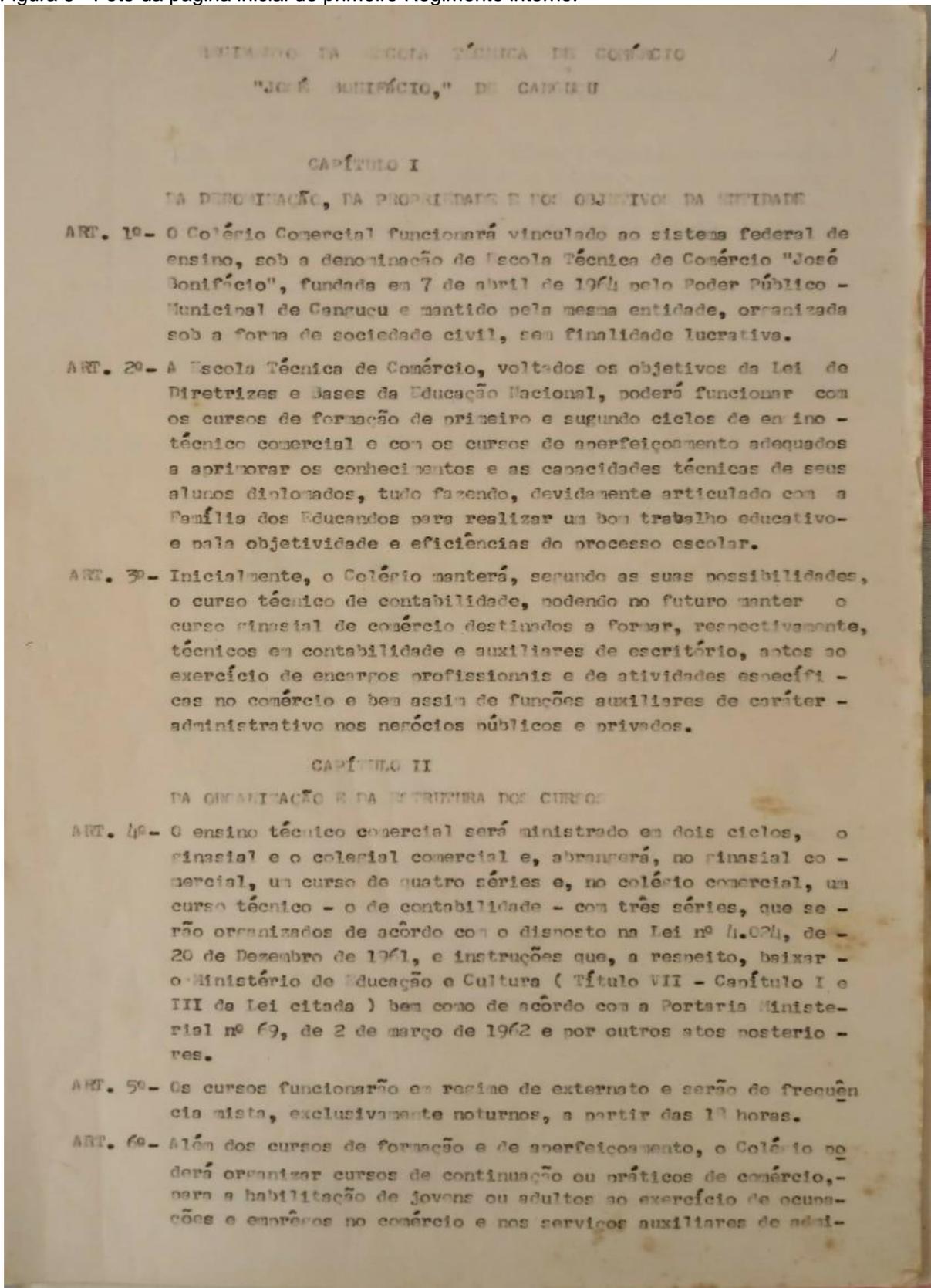
5.2 O regimento escolar

Outra importante fonte de análise, que contribuiu para entender a constituição da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, foi o primeiro Regimento Escolar do educandário, encontrado nos arquivos da escola, junto ao livro/álbum.

Segundo Watanabe (2000, p. 208), “na organização escolar, um dos instrumentos básicos é o Regimento Escolar que constitui um conjunto de normas que preside a sua organização e o seu funcionamento”. Para o autor, o instrumento além de estabelecer a organização administrativa, também contempla as questões didático-pedagógicas e disciplinares, nele é possível encontrar as especificidades de cada educandário.

Embora o termo “gestão democrática”, tenha ganhado força a partir da LDBEN n. 9394/96, assegurando a participação e autonomia dos estabelecimentos públicos na elaboração do importante documento norteador, o que pretendo aqui é aclarar a estrutura que definiu, regulou e normatizou as ações no início das atividades da instituição estudada, sem enfatizar os responsáveis pela sua construção.

Figura 5 - Foto da página inicial do primeiro Regimento interno.



Fonte: Arquivo morto. Acervo da ETEC, 1964.

O primeiro Regimento da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, embora não apresente data de elaboração é composto por XIV capítulos, sendo eles:

- I. Da denominação, da propriedade e dos objetivos da entidade
- II. Da organização e da estrutura dos cursos
- III. Do regime escolar
- IV. Da revisão de prova
- V. Da matrícula, adaptação e transferência
- VI. Do corpo discente
- VII. Do corpo docente
- VIII. Dos direitos e deveres do corpo docente
- IX. Da Congregação
- X. Da Coordenação Pedagógica
- XI. Dos serviços especiais de assistência e vigilância
- XII. Da caderneta escolar
- XIII. Da Direção
- XIV. Das Disposições Gerais

Na leitura geral do documento, é possível observar significativas mudanças, em relação à forma atual de dirigir uma instituição escolar, principalmente no que se refere à centralização administrativa e pedagógica, observando-se um certo “engessamento” em sua formulação, supondo não apresentar uma participação coletiva, uma vez que não se encontrou referências ou alusão a uma possível comissão de elaboração.

O Regimento foi construído em conformidade com a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, conhecida como a primeira LDBN, onde escolhi destacar alguns pontos que julgo mais relevantes em sua organização. Para tanto, determina o art. 1º do capítulo I:

Art. 1º - O Colégio Comercial funcionará vinculado ao sistema federal de ensino, sob a denominação de Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, fundada 7 de abril de 1964, pelo Poder Público Municipal de Canguçu e mantido pela mesma entidade, organizada sob a forma de sociedade civil, sem finalidade lucrativa” (REGIMENTO ESCOLAR, 1964, p.1).

Nesse trecho, fica claro a participação e apoio do Poder Executivo local, que assume não somente a criação da escola secundária, como também a sua manutenção. Embora não esteja escrito no documento, supõe-se que o ensino seja

gratuito, quando se refere a uma entidade “sem finalidade lucrativa”. Ainda no capítulo I, artigo 3º, vê-se os objetivos e direcionamento da Escola:

Art. 3º - Inicialmente, o Colégio manterá, segundo suas possibilidades, o curso técnico de contabilidade, podendo no futuro manter o curso ginásial de comércio destinado a formar, respectivamente, técnicos em contabilidade e auxiliares de escritório, aptos ao exercício de encargos profissionais e de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados (REGIMENTO ESCOLAR, 1964, p.1).

O curso ginásial comercial seria oferecido em quatro séries e o curso técnico de contabilidade em três, conforme a legislação vigente no país. Embora houvesse a permissão de funcionamento para o curso ginásial de comércio, segundo a análise das fontes, isso não chegou a acontecer, firmando-se nos primeiros anos apenas as turmas do curso técnico de contabilidade, com vistas a atender uma necessidade de Canguçu, como já mencionado anteriormente.

Nessa perspectiva, Nunes (2000, p. 45) diz que “o crescimento demográfico, as exigências de maior escolarização motivadas pelo desenvolvimento brasileiro da industrialização, particularmente sobre a área urbana”, foram fatores que favoreceram a expansão dos cursos técnicos.

No capítulo II, artigo 5º do Regimento Escolar (1964, n.p.) consta que “os cursos funcionarão em regime de externato e serão de frequência mista, exclusivamente noturnos, a partir das 18h”. Aí, é possível perceber a possibilidade da presença feminina nas turmas, algo inovador para uma época em que o incentivo às mulheres era para que frequentassem o Curso Normal, ainda inexistente em Canguçu. Sobre isso, o entrevistado Gilberto Moreira Mussi relatou que na primeira turma *“não eram muitas mulheres. Mas acho que pela situação da época, tinha Magistério que era o dito para mulheres e aí surgiam cursos para homens: contabilidade e agricultura. Mas nas aulas não se sentia qualquer separação”*. Além disso, a oferta do ensino noturno oportunizava que os estudos não atrapalhassem a jornada diurna de trabalho.

Com relação à estrutura disciplinar do curso, cabe ressaltar que competia ao Conselho Federal de Educação e aos Conselhos Estaduais, respectivamente, a distribuição das disciplinas. No capítulo II, artigo 9º, observa-se que o Curso Técnico de Contabilidade, estava assim constituído:

Quadro 2 - Estrutura das disciplinas do curso técnico de Contabilidade.

Disciplinas/Número de aulas semanais			
	1ª	2ª	3ª
1º GRUPO: Disciplinas obrigatórias			
a) Ensino Secundário			
1. Português	3	3	3
2. Matemática	3	3	-
3. História	2	-	-
4. Ciências Físicas e Biológicas	2	-	-
b) Específicas do Ensino Técnico:			
1. Contabilidade Geral e Aplicada	5	-	-
2. Merceologia ou Técnica Merceológica	2	-	-
3. Contabilidade Comercial	-	3	-
4. Contabilidade Bancária ou Contabilidade de Seguros ou Contabilidade de Empresas Diversas	-	3	-
5. Organização e Técnica Comercial	-	3	-
6. Direito Usual	-	3	-
7. Contabilidade Industrial e Agrícola	-	-	3
8. Técnica de Levantamento de Custos ou Técnica Orçamentária e Contabilidade Pública ou Contabilidade dos Transportes ou Contabilidade das Empresas Imobiliárias	-	-	3
9. Estrutura de Análise de Balanços ou Técnica Mecanográfica e Processos Mecânicos de Contabilização	-	-	3
10. Estatística	-	-	3
11. Legislação Aplicada	-	-	3
2º GRUPO: Disciplinas Optativas			
1. Inglês	3	2	2
2. Geografia	-	-	2
3º GRUPO: Práticas Educativas			
1. Educação Física	-	-	-
2. Educação Artística	-	-	-
TOTAL DE AULAS SEMANAIS	20	20	20

Fonte: Regimento da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio (1964, p.3).

Com relação à organização disciplinar, ainda no capítulo II, artigo 10º, § 1º diz que “os cursos serão estruturados de acordo com as exigências do mercado local de trabalho e as necessidades de aprimoramento dos conhecimentos e das capacidades técnicas dos diplomados”, sustentando a ideia de formar profissionais que pudessem colaborar com a economia do município. Outrossim, Nunes (2000, p.54) lembra que “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, havia permitido a criação de novos cursos e instituiu a flexibilidade curricular”, permitindo adaptações conforme cada realidade.

No capítulo III, artigo 12, é apresentado que:

Art. 12 - O ano (letivo) escolar será dividido em dois períodos letivos, o primeiro iniciado em março e terminado em junho e o segundo iniciado em agosto e terminado ao atingir-se o número de dias efetivos de aulas a que se refere o artigo 8º deste Regimento (REGIMENTO ESCOLAR, 1964 n.p. 4).

Sobre o artigo, complementa o artigo 13 determinando que “as atividades escolares constarão de aulas, arguições e exercícios feitos em classe, de trabalhos práticos, de pesquisas e de monografias” e que “os exames se constituirão de provas escritas ou práticas e serão em duas modalidades: de admissão e finais” (REGIMENTO ESCOLAR, 1964, n.p.).

Já o artigo 22, do capítulo III, chama a atenção para as atividades complementares oferecidas pela escola:

[...] as atividades complementares de caráter social e recreativo merecerão especial consideração velando o colégio pelo desenvolvimento, entre os alunos, de instituições educativas desse tipo, que possam, dentro de um regime de autonomia, criar condições favoráveis à formação desportiva, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, de espírito de equipe e de iniciativa, de capacidade de liderança, dos hábitos econômicos e de amor à profissão (REGIMENTO ESCOLAR, 1964, n. p.6).

Neste trecho é possível observar a preocupação com o desenvolvimento integral dos alunos, amenizando de certa forma a marca conteudista e/ou tecnicista que caracterizava a profissionalização dos jovens (CIAVATTA; RAMOS, 2011). Porém, analisando o quadro de disciplinas, percebe-se que o mesmo não condiz com o teor do Regimento, onde se observa uma formação extremamente técnica, já que disciplinas como História, Ciências Físicas e Biológicas e Geografia, eram abordadas de forma rápida no decorrer do Curso. Nesse sentido, cabe ponderar que a formação ampla e integral dos alunos, não condizia com o período político vivenciado no Brasil, após implantação do regime de ditadura cívico-militar.

Ainda nessa direção, embora tal disciplina não esteja representada na estrutura disciplinar do Curso, o artigo 23 do mesmo capítulo do Regimento, faz menção à Educação Moral e Cívica, trazendo de forma pontual uma característica marcante do momento histórico e político vivido no Brasil na época e obedecendo a LDBEN de 1961, apontando que:

As práticas educativas não adotadas nos planos de curso do Colégio merecerão também, consideração nos seus programas de atividades. Assim, a Educação Moral e Cívica não será ministrada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará da execução de todos os programas que dêem ensejo a esse objetivo que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor cívico (REGIMENTO ESCOLAR, 1964, p.7).

O capítulo VI, artigo 45 do Regimento Escolar, trata exclusivamente sobre o Corpo Docente do educandário, constatando que segundo a LDB de 1961, os professores do ensino secundário poderiam exercer a profissão sem o diploma da licenciatura:

A investidura dos professores responsáveis pelas disciplinas de todos os cursos do Colégio se fará sempre depois de verificada a sua capacidade técnica e sua idoneidade moral e profissional, preenchendo as condições exigidas pelo Decreto Lei n. 27.848/50, de 02 de março de 1950 (REGIMENTO ESCOLAR, 1964, p.14).

Portanto, ao professor cabia reger sua disciplina de acordo com o programa adotado pelo Colégio, que seria submetido à aprovação da Direção Técnica.

No capítulo VIII, da Congregação, artigo 49º, traz a composição do corpo técnico e administrativo da Escola, expondo que:

Fazem parte da Congregação os professores responsáveis por disciplinas que integram os cursos de formação do ensino técnico comercial, os orientadores educacionais e pedagógicos, bem como os encarregados da direção técnica e administrativa do Colégio (REGIMENTO ESCOLAR, 1964, p.16).

Sobre isso, os demais artigos acrescentam que é a Congregação que indicará por eleição o nome do professor que deverá assumir o cargo de Diretor da Escola, cabendo ao Prefeito Municipal fazer a sua nomeação.

¹⁸ Decreto nº 27848, de 02/03/50, Poder Executivo Federal regulamenta o exercício de magistério nos cursos de formação e aperfeiçoamento do ensino comercial.

Outro capítulo que mereceu ênfase, foi o capítulo XI, artigo 54^o, que trata sobre o uso da Caderneta Escolar, dizendo que “o Colégio fornecerá a cada aluno uma caderneta escolar, por meio da qual proporcionará a pais e responsáveis as informações relativas às suas atividades e condutas”, reforçando o papel da participação das famílias na vida escolar dos alunos e estreitando a comunicação entre família e escola.

Finalizando o Regimento, já no capítulo XIV, que trata das Disposições Gerais, no artigo 77^o, vê-se a disposição da Escola em desenvolver atividades sociais junto à comunidade escolar, incentivando-a por meio de entidades como o Centro de Pais e Mestres, Centro Cultural e Artístico dos Estudantes e Centro Social dos Professores e alunos.

Tais entidades traziam objetivos não só educativos, como de convívio social, buscando o entrosamento entre alunos, famílias, equipe escolar e fortalecendo as atividades e iniciativas que visassem o prestígio e desenvolvimento da instituição escolar.

Sendo assim, após realizar a leitura atenta do primeiro documento norteador da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, foi possível verificar que ele contém muito mais do que um simples regime de normas, contemplando a organização administrativa, disciplinar e pedagógica da Escola. Sempre em consonância com a legislação educacional vigente, no caso a LDB de 1961, embora sua organização tenha seguido aspectos burocráticos previamente estabelecidos e sem participação da comunidade escolar na sua construção, é possível perceber singularidades que favoreceram o pleno desenvolvimento dos alunos e consolidaram o ensino secundário na cidade.

5.3 O início da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio e a primeira turma de formandos

Como mencionado anteriormente, as discussões iniciais para criação de uma escola secundária no município de Canguçu, se originou no interior da Loja Maçônica local.

Especialmente, a partir da década de 1930, a educação secundária e o ensino médio passam por mudanças significativas, em que “a formação dos trabalhadores se

torna uma necessidade econômica e não mais uma medida exclusivamente social como em sua gênese” (RAMOS, 2014, p. 14). O desenvolvimento industrial e urbano acentuou a necessidade de preparar as pessoas para a produção, portanto, “enquanto vigorou o projeto nacional-desenvolvimentista e a fase do pleno emprego, preparar para o mercado de trabalho foi a principal finalidade do ensino médio” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 30).

Essa realidade refletia-se também em Canguçu, município de pequeno porte, que embora essencialmente rural, despertava para o desenvolvimento urbano, onde se percebia a necessidade de oferecer aos jovens, novas oportunidades de estudo e emprego, vislumbrando no comércio local um caminho para isso.

Conforme lembra Frigotto (2007), do fim da década de 1940 até o golpe civil-militar de 1964, o campo da educação teve um ciclo e reformas, onde a profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional efetivou-se dentro da perspectiva de preparar para o mercado de trabalho.

É nesse contexto econômico-político-educacional que acontece a fundação da primeira escola pública de ensino secundário do município de Canguçu. Através da Lei n. 282, de 15 de maio de 1963, pelo prefeito, Dr. Francisco Carlos dos Santos, é criada a Escola Técnica de Comércio José Bonifácio.

A escola, foi idealizada e debatida por um grupo de homens que representavam importantes poderes locais, um deles a Maçonaria e o outro o Poder Executivo, que em 1964, durante o governo de João de Deus Nunes (prefeito não-maçom), autoriza o funcionamento oficial da escola.

No dia 07 de abril de 1964, às 21 h, no salão do Clube Harmonia¹⁹, realizou-se a aula inaugural do Curso Técnico em Contabilidade. Para proferir a palestra de inauguração, foi convidado o professor Sr. Palmor Brandão Carapeços. Na ocasião estavam presentes o prefeito, Sr. João de Deus Nunes; o Juiz de Direito, Sr. Miguel Luiz Pacheco; o Tenente José Dias Noguez; o Diretor da Escola, Sr. Aldo Vieira Camargo; o Padre Zomar de Souza Garcia; o Sr. Conrado Ernani Bento; o Sr. José Moreira Bento; o Dr. Nilson Meireles Prestes; o Dr. Lúcio Newton Meireles Prestes; o

¹⁹O Clube Harmonia foi fundado em 14 de novembro de 1896 por 28 sócios fundadores. Recebeu o nome de Harmonia para “harmonizar” a família canguçuense dividida entre republicanos e maragatos devido à Revolução Federalista de 1893. O prédio é um palacete construído em estilo renascentista que, por muito tempo, foi residência da família Cunha, tornando-se sede do Clube em 1936 e atuando até hoje no local (BENTO, 2007).

Professor Alberto Rufino da Rosa Rodrigues; o Professor Rui Veleda do Amaral; o Sr. Baltazar Nunes Duarte; Diretores das demais Escolas, professores e alunos.

A escola iniciou suas atividades utilizando as dependências do Grupo Escolar Irmãos Andradas²⁰, no turno da noite, sendo que a primeira turma contava com 25 alunos matriculados, sendo eles: Adeí Louzada de Moura, Antonio Valter Menezes da Rocha, Ceci Rosa Silveira, Céres Rosa da Silveira, Cláudio Roberto Moreira Mussi, Daizi Oliveira Fonseca, Domírio de Ávila Camargo, Edmar Oliveira Fonseca, Elizabeth Campos Gonzales, Francisco Barbosa Coelho, Francisco Olício Rodrigues da Silva, Gládis Maria de Matos Motta, Jesus de Oliveira Pinto, João Vergara Schiavon, José Luiz Moraes Barbosa, Laurinda Soveral Martins, Leão Osvaldo Goulart Terres, Leontina Soveral Martins, Libertá Estamer, Lúcia Maria Moreira, Maria Clara Duarte Ribeiro, Maria Eny Ávila, Maria de Lourdes Muller Borges, Mário Nunes da Silva e Nestor Teixeira Von Hausen.

Os professores da escola eram contratados pelo Município e, conforme já mencionado, segundo a legislação educacional vigente, os docentes do ensino secundário poderiam exercer a profissão sem diploma de licenciatura. Assim, lembra a ex-aluna Daizi Fonseca que *“os professores eram convidados e mantidos pelo Município, tinham bancários, dentistas, advogados, padre e pessoas ligadas à Exatoria”*.

De acordo com o livro/álbum da Escola, os professores da turma de 1964 eram os seguintes: para a disciplina de Português, Dr. Alfredo R. de Souza e Dr. Miguel Luiz Pacheco (juiz); Matemática, Nelson Otto (contador); Elementos de Economia Política, Dr. Lúcio Newton Meireles Prestes (advogado); Noções Gerais de Contabilidade Aplicada, Ruy Veleda do Amaral; História da Administração e Economia do Brasil, Dr. Alberto R. de Souza; Ciências Físicas e Biológicas, Dr. Nilson Meireles Prestes (dentista) e para Inglês, o Reverendo David Nelson. Na função de doméstica, assumiu a Sra. Rosa Medeiros da Silveira.

Já no exercício de 1965, a Escola apresentava o seguinte corpo docente: Português, Padre Zomar Garcia; Matemática, Nelson Otto (contador); Elementos de Economia Política, Dr. Lúcio Newton Meireles Prestes (advogado); Noções Gerais de

²⁰Instituição escolar do município de Canguçu, criada em 1913, cujo nome primitivo foi Colégio Elementar Municipal. Atualmente é uma escola estadual que atende os alunos que cursam o ensino fundamental (BENTO, 2007).

Contabilidade Aplicada, Ruy Veleda do Amaral; História Administrativa e Economia do Brasil, Rui da Cunha Ferreira (oficial registrador); Ciências Físicas e Biológicas, Dr. Nilson Meireles Prestes (dentista); Contabilidade Comercial, Gilberto Moreira Mussi (contador); Organização e Técnica Comercial, Saul Duarte (exator estadual); Geografia Humana e Econômica do Brasil, Ítalo Bachieri (bancário).

Na tabela 2, abaixo, é possível observar o número de alunos que frequentaram a escola de 1964 a 1973, atentando para o crescimento das turmas, porém com redução do número de alunos formados, algo relacionado talvez, pelas dificuldades em manter-se trabalhando e estudando, em turnos inversos.

Tabela 2 - Número de alunos 1964-1973.

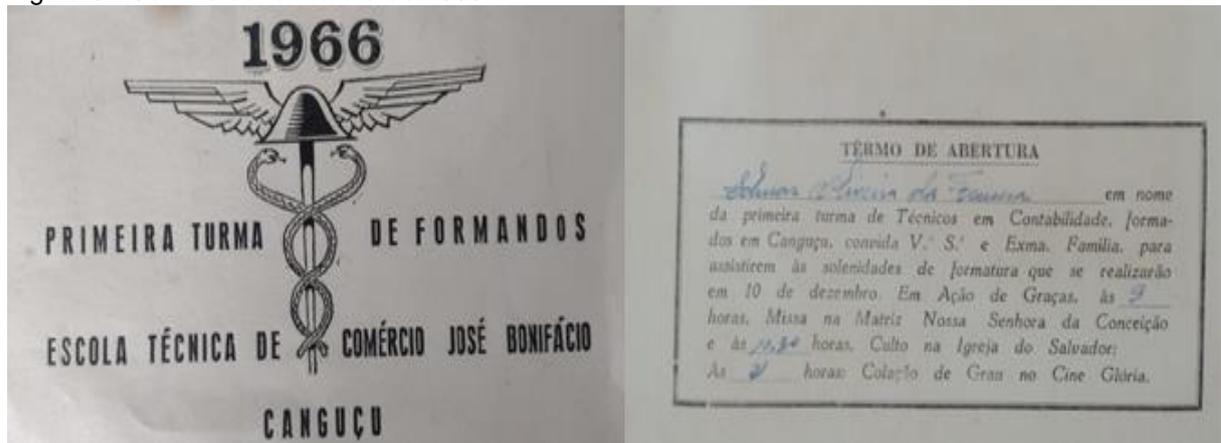
Anos	Séries			Formandos
	1º	2º	3ª	
1964	25	----	----	----
1965	26	22	----	----
1966	16	16	19	18
1967	21	13	12	11
1968	28	18	12	12
1969	42	28	14	13
1970	42	34	21	20
1971	54	43	32	27
1972	37	44	32	30
1973	60	38	37	35

Fonte: Livro/álbum da Escola, 1963-1978.

Daizi Oliveira da Fonseca, ex-aluna da primeira turma da Escola, lembra: *“quando fiquei sabendo da criação da Escola, já estava na 4ª série do ginásio na Escola Nossa Senhora Aparecida, aí falaram que seria inaugurada uma escola técnica em Canguçu e que era um caminho bom pra gente seguir”*. Confirmando a ideia de que a criação da Escola facilitaria o acesso dos jovens canguçuenses ao ensino secundário, ela acrescenta ainda que *“na turma tinha pessoas de diversas idades, pessoas que tinham parado de estudar por não ter outra oportunidade e jovens que saíam do ginásio e queriam continuar estudando. Era uma turma maravilhosa, de muita alegria e esperança”*.

Nas Figuras 6 e 7, é possível visualizar importantes momentos vividos pelos alunos da primeira turma de técnicos em Contabilidade.

Figura 6 - Convite de formatura de 1966.



Fonte: Acervo particular da ex-aluna Daizi Oliveira Fonseca, 1966.

Era hábito na época, entregar o convite de formatura acompanhado pelo “Santinho”, uma recordação da Missa de Ação de Graças, antes da Colação de Grau. Vale lembrar que esse ritual religioso é preservado até hoje, nos moldes ecumênicos, como forma de bênção aos formandos dando apoio e esperança a nova jornada.

Figura 7 - Recordação da Missa de Ação de Graças.



Fonte: Acervo particular da ex-aluna Daizi Oliveira Fonseca, 1966.

Nota-se que a Escola aqui estudada, criada por iniciativa de maçons, tinha estreita relação com a Igreja Católica, isto a ponto de ter um padre no seu corpo docente (que ministrava a disciplina de Português) e como parte do processo de

celebração da formatura, haver missa católica. Este é um fato que pode causar estranhamento, sendo possível pensar que, quem sabe neste município, a organização dos poderes políticos e dos grupos de sociabilidade, correspondiam mais às expectativas do regime de ditadura cívico-militar no Brasil, onde instalou-se o bipartidarismo, onde ARENA (Aliança Renovadora Nacional) era favorável ao governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) sua oposição, do que seus próprios preceitos.

Como observado nos documentos e convite de formatura, dos 25 alunos que iniciaram na turma de Técnico em Contabilidade, 18 lograram a aprovação e concluíram o Curso. A Colação de Grau aconteceu no dia 10 de dezembro de 1966, no Cine Teatro Glória, tendo como Paraninfo da turma o Prefeito, Sr. João de Deus Nunes e Homenageados de Honra, o Dr. Detlev Walter Schultz e (Inspetor Federal do Curso de Contabilidade), Sr. Rui da Cunha Ferreira (Diretor da Escola) e os Senhores Miguel Luiz Pacheco, Aldo Vieira Camargo e Alberto Rufino Rosa Rodrigues de Souza (idealizadores do educandário).

Abaixo, nas Figuras 8, 9 e 10, trago imagens da Colação de Grau da turma e do Baile de Formatura, ocorrido no salão do Clube Harmonia, ambos na mesma data.

Figura 8 - Primeira turma de formandos em 1966.



Fonte: Acervo particular da ex-aluna Daizi Oliveira Fonseca.

Na Figura 8, é possível observar significativa presença feminina, já que dos 18 concluintes do curso Técnico em Contabilidade, 10 eram homens e 08 eram mulheres.

Algo inovador para um município de pequeno porte, com características eminentemente agrícolas, onde predominava a ideia de que as mulheres deveriam seguir a carreira do magistério ou atividades do lar.

Figura 9 - Aluna Daizi Oliveira da Fonseca, recebendo o diploma do Paraninfo.



Fonte: Acervo particular da ex-aluna Daizi Oliveira Fonseca, 1966.

Figura 10 -Baile da formatura.



Fonte: Acervo particular da ex-aluna Daizi Oliveira Fonseca, 1966.

Na fotografia (Figura 10), é possível identificar ao centro a presença do Prefeito João de Deus Nunes e sua esposa, o primeiro Diretor da Escola Aldo Vieira Camargo e esposa, o Diretor da Escola em exercício Rui da Cunha Ferreira e esposa, além de professores e alunos, brindando a conclusão do Curso.

Quando questionada sobre o perfil dos estudantes da primeira turma de contabilidade, Daizi Fonseca responde:

Era gente que queria continuar estudando, como de fato, diversos da turma continuaram, abraçaram sua profissão e se aposentaram nela. Fizeram sua vida, sua independência e é isso que enxergo até hoje, o valor que tinha e tem a escola técnica, que abraça o pessoal e encaminha para a vida (Daizi Oliveira da Fonseca).

Com esta afirmativa, trazida por uma aluna que frequentou o educandário há 59 anos, observa-se o perfil perseverante da instituição, tão necessários para jovens que buscam inserção no mercado de trabalho.

Dentre os alunos formados pela Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, vários sobrenomes são de famílias conhecidas da cidade, tais como Mussi, Camargo, Fonseca, Moreira, dentre outros, afirmando a credibilidade que a comunidade canguçuense apresentava pelo educandário. Os alunos, vindos de diversas camadas sociais, viam na escola uma oportunidade de obter crescimento profissional. Portanto, foi nessa perspectiva que o Curso de Contabilidade se consolidou no município de Canguçu, atraindo ano a ano, mais estudantes dispostos a investir na carreira de técnico contábil.

5.4 A troca de administração municipal para estadual

Desde a sua criação, em 1964, a Escola Técnica de Comércio José Bonifácio foi organizada e mantida pela administração municipal. Na época, as escolas de ensino secundário eram instituições urbanas e a zona rural ainda não possuía estabelecimentos deste nível.

Com a LDBEN de 1961, o ensino médio passou a ter duas ramificações: secundária e técnica. “Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário”. (BRASIL, 1961).

Sendo que o exame de admissão continuava sendo obrigatório para que os alunos pudessem frequentar essa etapa do ensino.

Durante os primeiros anos de funcionamento da Escola José Bonifácio, a maior dificuldade encontrada pelo município, foi em relação ao espaço físico, pois não possuindo prédio próprio, o educandário funcionou primeiro no Grupo Escolar Irmãos Andradas e logo se transferiu para um sobrado adaptado que ficava junto ao Esporte Cruzeiro.

Além disso, a LDBEN de 1971 trouxe grandes mudanças para a educação. Sebastião Neto, ex-diretor da Escola na época de transição da administração, diz que:

Canguçu tinha um número grande de escolas, sendo mais de 200 rurais e aí surgiu a necessidade de criar-se a SME (Secretaria Municipal de Educação)", que foi criada em 1973. Ainda segundo Sebastião Neto "já se percebia que manter o 2º Grau estava se tornando inviável em termos econômicos para o município, pois tínhamos lá também os professores. Chegou o momento que não dava mais para o município manter, porque ela começou a crescer (Sebastião Ribeiro Neto).

No documento abaixo (Figura 11), datado de 22 de janeiro de 1973 e assinado pelo Interventor Federal e dirigido ao Secretário de Educação e Cultura, vê-se que para enquadrar a Escola Técnica a reforma do ensino exigida pela nova LDBEN, sugere-se a criação do Curso Técnico Agrícola, oferecendo, portanto, duas opções de formação técnica em nível médio: contabilidade e agricultura.

Figura 11- Ofício n. 17/73 sobre a extensão de um curso técnico rural.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU

Ofic. 17/73 Canguçu, 22 de janeiro de 1973

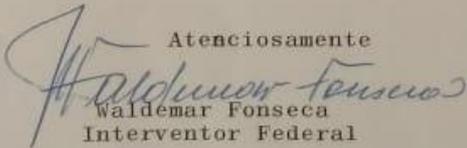
Senhor Secretário:

Apensso a este estamos apresentando a V. Excia. os dados que formamos o processo inicial para extensão de um curso técnico rural, junto ao já existente de formação de técnicos em contabilidade.

Nosso propósito, é o de enquadrar a Escola de propriedade do município dentro do pensamento da Reforma do Ensino, oferecendo no mínimo duas opções na formação do técnico de nível médio, motivo pelo qual procuramos integrar a mesma, e oferecer melhores condições aos alunos, especialmente na área da agricultura, por ser o município de Canguçu essencialmente agrícola, e ter a sua economia voltada para este setor.

Neste processo, procuramos, mostrar alguns aspectos das dependências do antigo Posto Agro Pecuário de Canguçu, que por convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e esta Prefeitura Municipal, o mesmo passará a ser administrado pelo município, onde instalará ali o meio técnico de aulas referente ao curso em apreço.

Desta forma, e com o objetivo de melhor podermos elaborar finalmente o processo, solicitariamos a V. Excia. a gentileza de nos fornecer um roteiro para preparação dos documentos necessários a legalização deste curso de técnico rural, que seria uma ampliação da formação profissional já existente e é em funcionamento através da Escola Técnica de Comércio administrada e de propriedade do município.

Atenciosamente

 Waldemar Fonseca
 Interventor Federal

AO EXMO. SENHOR
 CORONEL MAURO COSTA RODRIGUES
 DD. SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 PORTO ALEGRE

Fonte: Arquivo morto. Acervo da ETEC, 1973.

Observa-se que o município, embora já apresentando dificuldades em manter a Escola, preparava-se para atender a nova demanda, agora atendendo a área agrícola, por reconhecer a economia local voltada para esse setor.

Durante o decênio, 1964 até 1974, a instituição conservou o nome de Escola Técnica de Comércio José Bonifácio. No ano de 1974, o Conselho Estadual de Educação, autorizou o funcionamento das habilitações plenas de Técnico em Contabilidade e Técnico em Agricultura, nos termos do Parecer 46/74, da equipe de legislação de ensino: Portaria n. 008500, aprovando o Plano Pedagógico para ambas as habilitações, passando a denominar-se Colégio Técnico José Bonifácio. (LIVRO DA ESCOLA, 1963-1978).

Lembra o entrevistado Sebastião Neto (ex-diretor) que *“eu fiz boa relação com o Secretário de Educação, Coronel Mauro Rodrigues, que veio a Canguçu e se encantou com a limpeza da Escola. Militar gosta de segurança e limpeza”*. Acrescentou ainda que nesta visita, na presença de outras autoridades e vereadores, falou:

[...] olha, nós estamos com dificuldades e precisamos passar essa escola de 2º Grau, Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, para o Estado. E o Cel. disse: aceito a proposta, aceito a escola de 2º Grau, assumo o corpo docente, mas o município em contrapartida terá que assumir as escolas estaduais rurais, que eram as chamadas Brizoletas, 17 ou 18 escolas, e eu deixo o corpo docente, que eram professores estaduais e, a medida que vão se aposentando, o município substitui e assume. E assim foi feito. Eu assumi a direção da Escola Técnica nessa fase de transição e o Coronel assumiu a Escola (Sebastião Ribeiro Neto).

O colégio continuou com suas atividades, até que o então secretário municipal de Educação e Cultura, Sr. Cel. Mauro da Costa Rodrigues, solicita transferência da instituição de propriedade do município para o estado, com a justificativa de estar amparado pela Lei Federal n. 5.692/71 e Decreto Estadual n. 22.551/73, tendo em vista que o Estado teria maiores e melhores condições de atendimento ao ensino de 2º grau, dado a sua estrutura material e organizacional.

A seguir, trago o ofício enviado pelo Prefeito de Canguçu em exercício na época, Sr. João Alberto Gularte da Fonseca, para o Cel. Mauro Rodrigues, solicitando oficialmente a troca da administração da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, do Município para o Estado.

Figura 12 - Documento para o Estado do Colégio Técnico José Bonifácio.

Exmo. Senhor
 Cel. Mauro da Costa Rodrigues
 DD. Secretário de Educação e Cultura
 Porto Alegre.

O Senhor Dr. João Alberto Gularte da Fonseca, Prefeito Municipal de Canguçu, vem muito respeitosamente a presença de Vossa Excelência, solicitar a transferência do Colégio Técnico "José Bonifácio", de propriedade deste município, para o Estado. O Colégio Técnico "José Bonifácio", criado pela Lei Municipal nº 282 de 15 de maio de 1963, e autorizado a funcionar em 1964, que a partir de então vem funcionando normalmente até a presente data, recebendo as inspeções periódicas pelos Inspetores Federais, considerando-se em condições satisfatórias de funcionamento. Justifica-se, esta solicitação, tendo em vista que o município de Canguçu, através do POEM, Projeto nº 4 propõe tal situação, amparado pela Lei Federal nº 5.692/71 e Decreto Estadual nº ... 22.551/73, ao mesmo tempo em que faz a proposição de absorver a administração do Ensino Rural de I grau, da área Estadual para Municipal, conforme Projeto, também do POEM, nº 2; pois desta forma, enquanto o Estado terá efetivamente maiores e melhores condições de atendimento ao ensino de II grau, dado a sua infraestrutura já organizada, tanto material como organizacional, assim como, um Sistema Administrativo capaz de impor a implantação da Reforma de II grau, dentro dos seus princípios básicos legais, formando profissionais a altura das necessidades de mão de obra técnica a nível de II grau; por outro lado, o município, assumindo a responsabilidade Administrativa da rede rural Estadual de Escolas, poderá trazer um atendimento razoável, embora com menores condições técnicas, pessoais e materiais, terá em seu favor a aproximação e o contato diários com professores ou diretores destas escolas, uma vez que já se concentra na zona rural, a grande atividade do município em termos de educação.

Desta maneira, Senhor Secretário, tentamos expor a Vossa Excelência, em primeiro lugar a identificação legal de nosso Colégio, em segundo a justificativa e em terceiro os porquês que nos levam a endereçar-lhe esta correspondência.

Finalmente, desejamos, salientar, que O Colégio Técnico José Bonifácio, não está em débito de forma alguma, que oferece o quadro atual, administrativo e docente, para que o Estado aproveite aqueles que somente trarão bons resultados ao Colégio, pois nesta hora é um dos nossos principais desejos, ficando sob responsabilidade municipal todo e qualquer pessoal não aceito pelo Estado.

Nestes Termos
 E. Deferimento
 Canguçu, 31 de janeiro de 1974

Dr. João Alberto Gularte da Fonseca
 Prefeito Municipal em exercício

No documento, é possível constatar que o Município apresenta à escola alicerçada junto à comunidade canguçuense, com vistorias em dia e condições satisfatórias de funcionamento. Porém, justifica as dificuldades econômicas enfrentadas na sua manutenção, uma vez que se tratava de uma escola pública de ensino gratuito. Constata-se ainda, o “acerto” referido por Sebastião Ribeiro Neto, da Escola de 2º Grau para o Estado e as Escolas Primárias rurais para o Município.

Assim, através da Portaria n. 005053, de 23 de maio de 1975, o secretário de Educação e Cultura, face ao parecer n. 254/75, do Conselho Estadual de Educação, autoriza o funcionamento da escola de 2º grau, criada pelo Decreto n. 23.349, de 03 de outubro de 1974, com as habilitações de Contabilidade, Agricultura e Auxiliar de Escritório, nos termos do Parecer n. 122/75, da Equipe de Legislação de Ensino, estudo e aprovação de Regimentos Escolares, da supervisão técnica da Secretaria de Educação e Cultura, passando a denominar-se Escola Estadual de 2º Grau de Canguçu, com início de funcionamento em 28 de maio de 1975, já em prédio próprio, conforme dados trazidos no livro/álbum da escola.

6 Considerações finais

Ao concluir este estudo, foi possível compreender não apenas o processo histórico de formação da instituição estudada, como a importância desta iniciativa para o Município de Canguçu, marcando uma nova fase na educação canguçuense.

Para desenvolver esta pesquisa historiográfica, foi utilizado a História Cultural como base epistemológica, por entender que a mesma, permitiria uma abertura para elementos e categorias vindas de outras áreas, abarcando uma gama de possibilidades de análises e fontes nos estudos históricos. Para tanto, foram buscados documentos oficiais junto à escola e, a partir deles, chegou-se a nomes de sujeitos ligados ao início da Escola que, através de entrevistas semiestruturadas, puderam complementar as informações trazidas nos documentos e esclarecer pontos relevantes do estudo.

O interesse principal deste estudo estava em compreender a relação/influência dos poderes locais na constituição da atual Escola Técnica Estadual de Canguçu, bem como sua importância para educação de Canguçu. Ressalto que o despertar desse interesse, surgiu pela informação da suposta participação de maçons na fundação da primeira escola de ensino secundário de município: a Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, no ano de 1963.

Este questionamento ficou ainda mais evidente, quando ao ter acesso aos documentos oficiais, encontrados no arquivo morto da Escola, percebi que os primeiros diretores e professores faziam parte da Loja Maçônica José Bonifácio, mas que o Prefeito Municipal que autorizou o funcionamento da Escola, não. Além disso, o fato de ter a Escola criada e a Loja Maçônica de Canguçu o mesmo nome, também foi outro fato curioso nesta situação. Afinal, foram questionados os motivos que teriam levado pessoas influentes, mas de diferentes segmentos da comunidade, a criar uma escola no município. Por que uma escola de ensino secundário, voltada especificamente ao comércio? Que razões levaram o município a transferir sua responsabilidade de gerir esta escola, para o Estado no ano de 1974? Outrossim, conhecer características da escola, em sua primeira década de funcionamento, tais como o regimento escolar, a primeira turma de formandos, foram outros pontos levantados neste estudo.

Desse modo, as conexões estabelecidas entre a análise dos documentos

encontrados na escola, na Loja Maçônica José Bonifácio nº55, com as seis entrevistas com ex-diretores, ex-professores e ex-alunos, foram fundamentais para aclarar tais questionamentos. Assim, após as análises realizadas a partir da observação das fontes, podemos apontar que:

Canguçu é um município essencialmente agrícola, desde a sua constituição, onde a população da zona rural, além de ser maior que a da zona urbana, sempre movimentou a economia local. Na época aqui estudada, já havia no interior do município importantes casas comerciais que dispunham de itens emergenciais e que também serviam de referências em suas localidades. Na cidade, também se encontravam lojas e armazéns (alguns instalados até hoje), onde vendiam tecidos, calçados, ferragens, bazar, que eram mantidos principalmente, pelos produtores rurais, quando se deslocavam eventualmente à cidade. Percebe-se então que, essa parte comercial de Canguçu foi se organizando de maneira informal, surgindo aos poucos a necessidade de regularizar este setor econômico local. Assim se justifica a criação de um curso que formasse profissionais na área da contabilidade, organizando o comércio e contribuindo com a arrecadação tributária do município.

Com relação ao contexto educacional, na década de 1960, Canguçu já possuía um número significativo de escolas primárias, distribuídas tanto na zona rural, como urbana. Na cidade, destacavam-se o Grupo Escolar Irmãos Andradas, com ensino primário e mantido pela municipalidade e o Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida, uma escola particular que oferecia o ciclo ginásial. Quanto aos alunos, os que pertenciam às famílias de menor poder aquisitivo, acabavam abandonando os bancos escolares. Essa situação evidenciou-se, principalmente, com relação às etapas posteriores a educação primária onde, por muito tempo, o ensino secundário foi visto como um ciclo voltado as classes mais favorecidas financeiramente.

Por Canguçu não apresentar escolas públicas voltadas ao ensino secundário, as famílias que desejassem proporcionar a seus filhos a continuidade dos estudos, deveriam encaminhá-los a cidade vizinha de Pelotas, considerado o maior centro urbano e de desenvolvimento da região sul. É interessante lembrar as dificuldades enfrentadas para manter esse acesso, principalmente em relação ao deslocamento, visto que ainda não tínhamos a BR 392, levando-se cerca de 3h de viagem entre Canguçu/Pelotas, além do alto custo de transporte, alimentação, mensalidades. Assim, a maioria dos jovens canguçuense permaneciam somente com a

escolarização básica e poucos seguiam os estudos. Diante de tantos desafios, a partir do ano de 1960, surge por parte da comunidade canguçuense, uma expectativa em solucionar a ausência de uma escola pública e profissionalizante.

No quadro político-econômico nacional, desde os governos de Getúlio Vargas, presenciava-se a necessidade da implantação e expansão da Educação Profissional, com instituições educacionais que dessem conta do processo de industrialização vivenciado no país. Almejava-se preparar estados e municípios para a formação de mão-de-obra qualificada para atender as atividades mais urbanas. Isso prosseguiu no governo de Juscelino Kubitschek, onde se aprofundaram os debates em relação à educação, resultando na implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de nº 4.024/1961, que organizou o sistema de ensino do país, dividindo em: educação de Grau Primário (pré-primário e primário), de Grau Médio (ciclo ginásial e colegial, sendo este subdividido em Técnicos e Normal), de Grau Superior e da Educação de Excepcionais.

Esses acontecimentos, que reverberavam por todo o país, encontraram espaço aglutinador e propulsor de importantes ideias em Canguçu, dentro da Loja Maçônica José Bonifácio nº 55. Assim, formou-se uma comissão composta por importantes líderes da comunidade, dentre eles Dr. Miguel Luiz Pacheco (juiz de direito), Aldo Vieira de Camargo (fiscal do ICMS), Áureo Campos (empresário), José Noguez (Oficial da Brigada Militar) e Dario Jacondino (comerciante) que, com apoio do prefeito municipal da época, Sr. Francisco Carlos dos Santos, deram início aos trâmites de criação da primeira escola pública do ciclo colegial no município, voltada especificamente para o curso Técnico Contábil, por entenderem que esta seria a principal demanda educacional da cidade naquele momento, a fim de auxiliar os comerciantes que possuíam seus estabelecimentos na informalidade, a dominar os trâmites burocráticos e regularizar esta importante área econômica local.

É nesse contexto político, econômico, social e educacional que acontece a fundação da ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO JOSÉ BONIFÁCIO, no município de Canguçu, através da Lei nº 282, de 15 de maio de 1963, sancionada pelo prefeito municipal, Dr. Francisco Carlos dos Santos, tendo sua autorização oficial de funcionamento, no ano de 1964, durante o governo do prefeito João de Deus Nunes (não-maçom).

A aula inaugural do Curso Técnico em Contabilidade, aconteceu no dia 07 de

abril de 1964, às 21h, no salão do Clube Harmonia. Embora ocorrido, coincidentemente, na semana do Golpe Militar de 1964, não foram evidenciados impedimentos para esse acontecimento. Este, foi um evento de grande relevância para Canguçu, onde reuniu importantes lideranças locais e regionais, representando um momento significativo para a educação do município.

Por não possuir prédio próprio, a Escola Técnica de Comércio José Bonifácio iniciou suas atividades utilizando as dependências do Grupo Escolar Irmãos Andradas (passando anos depois para um anexo, no Esporte Clube Cruzeiro), no turno da noite e, a primeira turma era composta por 25 alunos, sendo que 18 formaram-se no ano de 1966. Nesta primeira turma, foi possível observar um considerável número de professores maçons, inclusive o primeiro diretor (indicado pelo Prefeito Municipal) era membro da Ordem. Dentre os alunos, estavam homens e mulheres, alguns vindos de camadas sociais mais modestas e outros filhos de famílias tradicionais da cidade, mas todos buscando na escola uma oportunidade de obter crescimento profissional.

Anos depois, a Lei 5.692/71, trouxe novas mudanças para a organização do ensino no Brasil, voltadas principalmente para o 2º grau, com o principal objetivo a profissionalização dos alunos. A partir de então, escolas públicas e privadas desse nível, deveriam escolher cursos voltados a formações variadas, tais como auxiliar de escritório e de enfermagem, técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária.

No ano de 1973, foi implementado nesta escola o Curso Técnico Agrícola, atendendo uma outra demanda do município, agora voltada a área rural, passando a escola a denominar-se COLÉGIO TÉCNICO JOSÉ BONIFÁCIO.

Logo, tal reforma, passou a refletir no Colégio José Bonifácio que, mantido pelo município sentia dificuldades econômicas, principalmente em relação ao espaço físico e ao pagamento de professores.

Assim, através da Portaria nº 005053, de 23 de maio de 1975, o Secretário Estadual de Educação e Cultura, autoriza o funcionamento da escola de 2º grau, com as habilitações em Contabilidade, Agricultura e Auxiliar de Escritório, intitulando-se ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU DE CANGUÇU, com início de funcionamento em 28 de maio de 1975, já em prédio próprio, onde se encontra até hoje e, desde então sob administração Estadual.

É em um cenário de oscilações políticas, sociais, econômicas e educacionais, que o Colégio Técnico de Comércio José Bonifácio se constituiu como elemento de

transformação de uma sociedade carente de profissionais contabilistas, para dar suporte ao desenvolvimento comercial ao qual passava a cidade naquele momento.

Vimos que o ensino comercial foi criado por uma união de forças locais, a fim de atender um público específico, com regulamentações próprias e finalidades voltadas as necessidades da época, buscando instrumentalizar mão de obra qualificada que viesse a atender as demandas do mercado econômico.

Podemos afirmar, assim, a importância da Escola Técnica do Comércio José Bonifácio no que se refere à formação de parte da juventude canguçuense em profissionais aptos a exercer a profissão de Contador. Por isso, voltar nosso olhar ao contexto histórico da criação desta instituição escolar, incita a perceber a forte ligação da educação com o desenvolvimento local e nacional, vivido no período. Canguçu, clamava por um educandário que atendesse aos anseios da época. Havia esse olhar por membros da sociedade aqui constituída. Nada mais justo e oportuno que algo fosse feito e assim aconteceu.

Diante desses apontamentos e longe de esgotar esse tema de pesquisa, saliento que este estudo parcial, ainda apresenta outras possibilidades de aprofundamento, pois o período em que se dá tal fato e o momento vivido na comunidade em que está inserida a criação da escola, certamente trará muitos nuances de análise e pesquisa.

Hoje, passados 60 anos da criação da então Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, percebe-se a importância desse trabalho como um registro histórico para a comunidade canguçuense, trazendo a cena os personagens envolvidos, o contexto local, o desejo de mudança e a aspiração por algo novo, extremamente eficiente e eficaz, que mostrasse novas perspectivas de trabalho, estudo e inquirição para o futuro, entendendo-se o legado que foi criado para o município de Canguçu e que, com o passar dos anos, fundamentou muito a Educação do município.

A partir de todo o exposto e considerando-se configurada a notória e real influência social e educacional da Maçonaria em Canguçu, evidenciada com a criação de instituições sólidas que, até hoje, encontram-se integradas à comunidade, cumprindo com os fins propostos e por ser um tema ainda a ser descortinado pela historiografia local, entende-se que este estudo poderá contribuir com futuras pesquisas na área da História da Educação no município de Canguçu.

Referências

ALVES, Maria Cristina Santos de. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: IV Semana de História do Pontal - III Encontro de Ensino de História. 2016. **Anais...** Campus Pontal, Ituiutaba, 2016.

AMARAL, Giana Lange do. **Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas**. 2.ed. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.

AMARAL, Giana Lange do. O Municipalismo, a educação e do desenvolvimento local: Pelotas-RS, Brasil – Primeiras décadas do séc. XX. In: ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino. **Os Municípios na modernização educativa**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014, p. 293-313.

AMARAL, Giana Lange do. Os maçons e modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 53, p. 56-71, set./dez. 2017.

AMARAL, Giana. Lange. do. Os jornais estudantis Ecos Gonzagueanos e Estudante: apontamentos sobre o ensino secundário católico e laico (Pelotas/RS, 1930-1960). **História da Educação**, v. 17, n. 40, p. 121–142, maio 2013.

ANDRADE, José Paulo de. **Escola Técnica de Comércio de Itabaiana: a formação de profissionais contabilistas (1967-1978)**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA – AGPTEA. **Escola Técnica Estadual de Canguçu**. 2020.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mal-uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BANDEIRA, Silvana de Mattos; SOUTO, Simone Lessa Silveira; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Formação da cidade de Canguçu: acaso ou conveniência? In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 17, 2008. **Anais...** Pelotas: Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais, ICH/UFPEL, 2008.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural francesa: caminhos de investigação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 1-17, out./nov./dez. 2005.

BENTO, Cláudio Moreira. **Real Fitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu: 1783-1789**. Canguçu: Prefeitura Municipal, 1992.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu 200 anos**. Canguçu: ACANDHIS, 2000.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história**. 2. ed. Barra Mansa: Irmãos Drumond Ltda., 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP. 1992, p. 1-18.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: O uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: UNESP. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU. **Histórica da Câmara Municipal de Canguçu**. 2022. Disponível em: <https://camaracangucu.rs.gov.br/historico>. Acesso em: 20 maio 2022.

CANGUÇU, NO RS, É O MUNICÍPIO QUE MAIS PRODUZIU TABACO NA SAFRA 2020/2021. **SINDITABACO**, 2022. Disponível em: <https://www.sinditabaco.com.br/item/cangucu-no-rs-e-o-municipio-que-mais-produziu-tabaco-na-safra-2020-2021/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

CAMARGO, Egídio S. Às lágrimas de meu pai. **Jornal A Voz de Cangussú**. 15 ago. 1953. Transcrito pela Academia Canguçuense de História – ACANDHIS em 2021.

CARVALHO, Carlos Henrique de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], n. 6, p. 51-69, jan./dez. 2007.

CASTELLANI, José. O papel do maçom como construtor social. **Revista A Trolha**, Londrina, n. 195, 2003.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 295-316.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

COLUSSI, Eliane Lucia. A maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico (século XIX). **História & Ensino**, Londrina, v. 6, p. 47-56, out. 2000.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A educação profissional no Brasil. In: PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos (Org). **Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal**: raízes históricas e panorama atual. Campinas: Autores Associados, 2005.

CORRÊA, Giselle Estevam Chiozini. **Escola Técnica do Comércio em Cuiabá (1945-1957)**, 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

COELHO, Cláudio Ulysses F. O técnico em contabilidade e o mercado de trabalho: contexto histórico, situação atual e perspectivas. **Boletim Técnico do Senac**. [S.l.], v. 26, n. 3, nov. 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios no primórdio da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2005.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

EGITO, Philipe Henrique Teixeira do. **Olhares da maçonaria sobre a educação no Brasil**. 2011. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU. **Livro da Escola de 1963-1978**. Canguçu, RS.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE CANGUÇU - ETEC. **Regimento Escolar**. Canguçu, RS, 1964.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas** "história, sociedade e educação no Brasil, v. 9, p. 1492-1508, 2012. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **Rocha Negra – A Lendária**. Londrina: Maçônica "A Trolha", 1989.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 11, n. 32, p. 328-339, maio/ago. 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, out. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – Excertos**. 2005. 14 p.

GATTI JUNIOR, Décio. Apontamentos sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. **Cadernos de História da Educação**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 29-31, jan./dez. 2002.

HAGUETTI, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAX, Fernando Cardoso. (Org.) **Curso Técnico em agricultura**: sistematização dos projetos do curso de cinquentenário da Escola Técnica Estadual Canguçu. Terra e Campo, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=destaques>. Acesso em: 18 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/cangucu.html> e <https://www.cangucu.rs.gov.br/portal/0/galeria-de-videos/8/terra-de-todos---o-projeto-que-apresenta-cangucu-ao-mundo/>. Acesso em 15 maio 2022.

JOSÉ BONIFÁCIO - 55. **M33**. 2022. Disponível em: https://www.m33.com.br/lojas/0/23/121/237/Jose_Bonifacio. Acesso em: 24 out. 2022.

KUENZER, Acacia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 18-29, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2013.

LOJA MAÇÔNICA JOSÉ BONIFÁCIO N. 55. **Livro de atas n.1**, ata n. 72, p. 68, Canguçu, RS, 1962.

LOJA MAÇÔNICA JOSÉ BONIFÁCIO N. 55. **Livro de atas n. 1**, ata n. 95, p. 85, Canguçu, RS, 1963.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer a História da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, maio/ago. 2014.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Contributo para a História das Instituições Educativas**: entre a Memória e o Arquivo. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino. O local e a educação: para a história do município pedagógico. **Revista de Administração Local, Legislação, Jurisprudência, Doutrina e Estudos**, [S.l.], v. 29, n. 215, p. 607-614, set./out. 2006.

MAGALHÃES, Justino. Instituição Educativa na modernização do local: perspectiva histórico-pedagógica. **Revista distoriadelleducazione**, [S.l.], v. 1, p. 41-55, 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 9-20, jan./abr. 2019.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Org.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v.40, n. 40, p. 11-20, 2018.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS Revista Científica**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez., 2005.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], n. 14, p. 25-60, maio/ago. 2000.

NUNES, Daniela. Pesquisa historiográfica desafios e caminhos. **Revista de Teoria da História**, [S.l.], v. 2, n. 5, p. 15-25, jun. 2011.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S.L.], v. 18, p. 19-32, jun. 2007.

PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva; SILVA, Stella Sanches de Oliveira. História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes. **Roteiro**, Joaçaba, v. 42, n. 2, p. 311-330, maio/ago. 2017.

PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Silvia Helena Andrade de. Ensino secundário ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 38, p. 237-250, jul./dez. 2014.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU. **Localização**. 2022a. Disponível em: <https://www.cangucu.rs.gov.br/portal/servicos/1003/localizacao/%20e%20https://www.decea.mil.br/?i=unidades&p=cindacta-ii/>. Acesso em: 2 abr. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU. **História do município**. 2022b. Disponível em: <https://www.cangucu.rs.gov.br/portal/servicos/1002/historia-do-municipio/>. Acesso em: 12 maio 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU. **Divisão distrital do município de Canguçu**. 2022. Disponível em: https://www.cangucu.rs.gov.br/arquivos/canguu_mapa_geral_ok_12034312.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista**, [S.L.], n. 18, p. 13-27, dez. 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIGO, Cecília Ivone (Org.). **Conhecendo Canguçu: um novo olhar**. [S.l.: s.n.], 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. Cortez Editora. 23. ed. 2011.

SILVA, Eduardo Hass da.; GRIMALDI, Luis Costa. Narrativas espaciais do ensino comercial: A Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 14, 2018, Porto Alegre, **Anais [...]** Porto Alegre: PUC/RS, 2018, p. 108.

SILVA, Lorrane Stéfane; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SALGE, Eliana Helena Corrêa Neves. Entrevista na pesquisa em educação de abordagem qualitativa: algumas considerações teóricas e práticas. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 110-122, dez. 2021.

SILVA, Samuel Vieira da; MARQUES, Adílio Jorge. A participação da Maçonaria na educação no final do século XIX no Brasil. **Revista Mundo Antigo**, [S.l.], v.6, n. 12, p. 103-11, jun.2017.

SOUTO, Maria de Fátima Dantas Carneiro. **A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB**. 2017. 126f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo; AMARAL, Giana. **O ensino secundário no Rio Grande do Sul – 1940 – 1960: notas introdutórias**. In: PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiane de Cássia Tavares (Org). **Implementação e expansão regional do ensino secundário brasileiro**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2021. p.289 a 324.

VALLE, Hardalla Santos do. **O ensino de ofícios na cidade do Rio Grande (1889-1930): uma análise sobre a infância desvalida**. 2017. 241f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

VANGELISTA, Chiara. Da fala à história: notas em torno da fonte oral. In: LOPES, Antonio Herculano; VELOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatthy (Orgs.). **História e linguagem: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 185-193.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. A educação profissional no Brasil. **Interacções**, [S.L.], p. 152-169, 17 jan. 2017.

WATANABE, Tsutaka. Papel do regimento escolar na organização e funcionamento da escola pública. Nuances: **Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 6, n. 6, out. 2000.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Colégios femininos: identidade, história institucional e gênero. **Revista da Educação**, Campinas, n.10, p. 116-125, jun. 2001.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba: PUCPR; Palmas-PR: UNICS; Ponta Grossa-PR: UEPG, 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço Escolar e História das Instituições Escolares. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez, 2007.

WIKIPÉDIA – A Enciclopédia Livre. **Canguçu**. 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cangu%C3%A7u>. Acesso em: 22 ago. 2022.

XAVIER, Libânia. O ensino secundário entre o desenvolvimento nacional e a expansão regional: marcas de origem e tensões duráveis. In: PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiane de Cássia Tavares (Org). **Implementação e expansão regional do ensino secundário brasileiro**. Campo Grande: Oeste, 2021. p.9-15.

ZANETI, Patrícia Silveira. **A escola normal em Canguçu: itinerário da primeira turma de formandas (1965-1970)**. 2012. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

Apêndices

Apêndice A – Roteiro para a entrevista

Nome:

Idade:

Data de nascimento:

Ligação com a escola no período da pesquisa:

Questões norteadoras:

- 1) Qual era o panorama geral de Canguçu, em termos políticos, econômicos e educacionais, nos anos de 1963/64 (época da criação da Escola)?
- 2) Como foi o início da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio?
- 3) Na época da criação da Escola se percebia algum ambiente não favorável a fundação ou autonomia dos educandários, tendo em vista o Regime Militar?
- 4) Por que a Maçonaria tomou a frente, na busca pelo ensino profissionalizante em Canguçu, na época de 1961 a 1964?
- 5) Quem eram os professores e alunos da Escola no início das atividades?
- 6) Quais os motivos que levaram a troca de gestão municipal para estadual?
- 7) Importância/contribuição da Escola para o Município de Canguçu?

Anexos

Anexo A – Fotos da estrutura física da atual ETEC



Anexo B - Imagem interna do Livro/álbum

1

- BREVE HISTÓRICO -

Através da Lei nº 282, de 15 de maio de 1963, pelo Prefeito Municipal, Dr. Francisco Carlos dos Santos é criada, no Município, a ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO.

Esta Escola, de 2º Grau, foi idealizada por um grupo de Canguçuenses que por seus esforços dinâmico e luta perseverante, tiveram seu ideal realizado, no ano de 1964, durante o Governo de João de Deus Nunes que autoriza o funcionamento, da mesma, a partir deste ano.

Em data de 07 de abril de 1964, às 21,00 horas no Salão do Clube Harmonia, realizou-se a aula inaugural do Curso de Técnico em Contabilidade.

A denominação da Escola passa a ser: "ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO JOSÉ BONIFÁCIO".

Para proferir a palestra de inauguração foi convidado o Senhor Professor Dr. Palmor Carapeços.

Na ocasião, estavam presentes o Senhor João de Deus Nunes, Prefeito Municipal; Senhor Miguel Luiz Pacheco, Juiz de Direito; Tenente José Dias Noguez; Senhor Aldo Vieira Camargo, Diretor da Escola; Padre Zomar de Souza Garcia; Senhor Conrado Ernani Bento; Senhor José Moreira Bento; Dr. Nilson Meireles Prestes; Dr. Newton Meireles Prestes; Professor Alberto Rufino da Rosa Rodrigues; Professor Rui Veleda do Amaral; Senhor Baltazar Nunes Duarte; Diretores das demais Escolas, Professores e Alunos.

Anexo C - Imagem interna do Livro/álbum

2

O Decreto nº 15/70 de 28 de janeiro de 1970, do Governo do Interventor Federal Waldemar Fonseca, aprova o Regimento Interno da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio.

A Escola conservou o nome de ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO JOSÉ BONIFÁCIO, durante os exercícios de 1964 até 1974.

Por indicação do Prefeito Municipal, foi designado para exercer as funções de Diretor da Escola, o Senhor Aldo Vieira Camargo. A escola iniciou suas atividades, no prédio do Grupo Escolar "Irmãos Andradas", no turno da noite, com vinte e cinco (25) alunos na 1ª série.

Através de Decreto Municipal do Governo do Senhor João de Deus Nunes, em data de 14 de julho do ano de 1967, foi nomeada para Secretária da Escola, a Senhora Maria Martins Ippólito Ribeiro.

Foram contratados pelo Município, os seguintes professores: para a disciplina de Português, Dr. Alfredo R. de Souza; e Dr. Miguel Luiz Pacheco; Matemática, Nelson Otto; Elementos de Economia Política, Dr. Lúcio Newton Meireles Prestes; Noções Gerais de Contabilidade Aplicada, Ruy Veleda do Amaral; História da Administração e Economia do Brasil, Dr. Alberto R. de Souza; Ciências Físicas e Biológicas, Dr. Nilson Meireles Prestes e para Inglês, David Nelson.

Na função de doméstica, assumiu a Senhora Rosa Medeiros da Silveira.

Anexo D - Imagem interna do Livro/álbum

4

No dia 07 de maio de 1974, o Conselho Estadual de Educação, autoriza o funcionamento das Habilitações Plenas de Técnico em Contabilidade e Técnico em Agricultura nos termos do Parecer nº 46/74, da equipe de Legislação de Ensino: Portaria nº 008500, aprova o Plano Pedagógico para ambas as Habilitações. Denominação: COLÉGIO TÉCNICO JOSÉ BONIFÁCIO.

O Colégio, continua com suas atividades, após ter saído da sede do Esporte Clube Cruzeiro, no prédio do Grupo Escolar "Irmaões Andradas".

Assume a Direção do Colégio, o Professor Bazilio de Souza Barbosa e, na parte administrativa: Secretária, Sirlei Fonseca Ribeiro; Coordenação Pedagógica, Luiza Helena Moreira da Silveira; Assistente de Direção, Maria da Graça Valente da Silveira.

Professores: Luci Marta Müller Romig, Dr. Luiz Carlos Valente da Silveira, Fátima Borges do Nascimento, Marta Gularte da Silveira, Silvio Neutzling, Nair Jacondino Ziezemer, José Danilo Spacil, Faustina Nunes Coelho, Vera Regina da Rosa Gomes, Dr. Lúcio Newton M. Prestes, Adriel Mota Ziezemer.

GRÁFICO : NÚMERO DE ALUNOS 1974/1976
CURSO DE TÉCNICO EM CONTABILIDADE

ANOS	NÚMERO DE ALUNOS		
	1ª série	2ª série	3ª série
1974	61	-	-
1975	-	60	-
1976	-	-	37

Anexo E - Imagem interna do Livro/álbum

5

GRÁFICO: NÚMERO DE ALUNOS 1974/1976
CURSO DE TÉCNICO EM AGRICULTURA

ANOS	NÚMERO DE ALUNOS		
	1ª série	2ª série	3ª série
1974	09	-	-
1975	-	08	-
1976	-	-	08

DENOMINAÇÕES: Escola Técnica de Comércio José Bonifácio
Colégio Técnico José Bonifácio
Escola Estadual de 2º Grau de Canguçu.

LOCAIS DE FUNCIONAMENTO: Grupo Escolar Irmãos Andradas
Esporte Clube Cruzeiro
Prédio Próprio-Rua Silveira
Martins, 351 - Fone 256.

DIRETORES: Aldo Vieira Camargo de: 07/04/64
27/01/66
Rui da Cunha Ferreira de: 27/01/66
20/02/69
Dr. Alvacir Borges Rodrigues 20/02/69
22/09/69
Agostinho Bento Casarin de: 22/09/69
31/01/73
Sebastião Ribeiro Neto de: 31/01/73
16/03/73
Bazilio de Souza Barbosa de: 16/03/73
.....

SECRETÁRIAS: Maria Martins Ippólito Ribeiro de: 7.4.64
5.10.71
Daizi Oliveira Fonseca de: 10.9.69
29.1.72
Sirlei Fonseca Ribeiro de: 7...

Bibliotecária: Sirlei Fonseca Ribeiro

Anexo F - Imagem interna do Livro/álbum



Anexo G - Imagem interna do Livro/álbum

